

ATA DA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 03-02-2021.

---

Aos três dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e um, reuniu-se virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Airto Ferronato, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Daiana Santos, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Jonas Reis, José Freitas, Kaká D'Ávila, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Lourdes Sprenger, Márcio Bins Ely, Mari Pimentel, Matheus Gomes, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Pedro Ruas, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Roberto Robaina. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registraram presença Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Claudio Janta, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Idenir Cecchim, Mauro Pinheiro e Mauro Zacher. A seguir, foram apregoados os seguintes ofícios do Prefeito: nº 052/21, encaminhando o Projeto de Lei do Executivo nº 003/21 (Processo nº 0115/21); nº 053/21, solicitando tramitação em regime de urgência para o Projeto de Lei do Executivo nº 003/21 e para o Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 002/20 (Processo nº 0381/20). Em continuidade, por solicitação de Pedro Ruas, foi realizado um minuto de silêncio em homenagem póstuma a Pai Cleon de Oxalá. Após, o Presidente registrou o COMPARECIMENTO de Mauro Fett Sparta, Secretário Municipal da Saúde, e concedeu-lhe a palavra, a fim de se pronunciar acerca de medidas de enfrentamento à pandemia de covid-19. Em prosseguimento, pronunciaram-se acerca do assunto em debate Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Fernanda Barth, Cláudia Araújo, Pedro Ruas, Alexandre Bobadra, Matheus Gomes, Leonel Radde e Daiana Santos. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Bruna Rodrigues, Roberto Robaina, Laura Sito, Giovane Byl, Claudio Janta, Moisés Barboza, Mônica Leal e Idenir Cecchim. Ainda, o Presidente concedeu a palavra, para considerações finais acerca do tema em debate, a Mauro Fett Sparta. Na oportunidade, foi apregoado o Ofício nº 054/21, do Prefeito, comunicando que se ausentará do Município do dia quatro ao dia oito de fevereiro do corrente, quando estará em Piracanjuba – GO –, em visita a sua mãe. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciou-se Mauro Pinheiro. Às dezessete horas e trinta e cinco minutos, nada mais havendo a tratar, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Márcio Bins Ely e Idenir Cecchim. Do que foi lavrada a presente ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

---

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Boa tarde a todos e a todas. Quero agradecer especialmente ao secretário Mauro Sparta, que vai comparecer hoje à Câmara, mas de maneira remota, e, quero também já comunicar aos vereadores que quiserem se inscrever que as inscrições estão abertas e serão dez inscritos sobre a fala

do secretário da Saúde. Teremos também o período de Comunicação de Líder, com relação à fala do secretário, que será proferida de maneira virtual – já conversei com ele.

Quero convidar os vereadores líderes de bancada para a nossa primeira reunião, amanhã, para organizarmos a sequência das reuniões e da priorização da semana que vem, reiterando o entendimento da Mesa de que trabalharemos inicialmente às segundas-feiras e quartas-feiras, em plenário. Agradeço a presença dos vereadores e da assessoria que nos acompanha remotamente, além dos presentes hoje aqui. Peço que o nosso diretor legislativo proceda com a chamada para abrimos a sessão de hoje nesta tarde de trabalho.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** (Procede à chamada nominal.) (Após a chamada nominal.) Com 27 vereadores, temos quórum.

(Procede-se à leitura das proposições apresentadas à Mesa.)

**Vereador Pedro Ruas (PSOL) (Requerimento):** Presidente, nós perdemos, nos últimos dias, V. Exa. conheceu muito bem, o pai Cleon de Oxalá, uma das maiores lideranças religiosas afro de nosso Estado, comandante do Reino de Oxalá, maior casa de religiões afro em atividade no Estado, que foi mais uma das vítimas da Covid-19. Então, peço a V. Exa. que nós façamos um minuto de silêncio em homenagem ao falecimento do pai Cleon de Oxalá.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Deferimos o pedido.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Boa tarde, secretário Mauro Fett Sparta, obrigado pela presença, vejo que o senhor já está conectado conosco. É uma satisfação podermos conversar com V. Exa., ainda mais nos trazendo informações sobre a vacina, sobre as questões da pandemia que dizem respeito a todos, pois estamos muito preocupados.

O Sr. Mauro Fett Sparta, secretário da Secretaria Municipal da Saúde, está com a palavra.

**SR. MAURO FETT SPARTA:** Obrigado, Presidente, componentes da Mesa, vereadores e vereadoras que estão em plenário e que estão *on-line* conosco. Estamos nos propondo a fazer a apresentação dos primeiros 30 dias de trabalho desta secretaria, em momento importante e angustiante não só na vida nacional, mas na vida do planeta, onde temos o desafio de enfrentar essa doença que assola a Terra e que só teve paralelo, talvez, há 102 anos, com a gripe espanhola. Segundo os relatos da época, impactou mais de 20 milhões de pessoas. Hoje o momento é outro, o momento científico internacional é outro. Após aquela perplexidade que aconteceu na Itália, que

todos vimos, houve a dificuldade que os profissionais da saúde tinham de lidar com a doença que era desconhecida; depois de alguns meses, com as necropsias, é que se conseguiu saber os problemas que se ocasionavam no pulmão, o problema inflamatório que estava matando as pessoas por trombose, (Problemas na conexão.) Os médicos e a classe científica internacional começaram a ter mais controle sobre a doença, e nós começamos a ter, lentamente, melhoras e conseguimos diminuir, minimizar aquelas dificuldades, mas que são ainda muito prementes e muito importantes. É importante relatar, meu prezado Presidente, que neste ano, desde que iniciou a doença no País e no mundo, houve uma coesão de esforços internacionais: as universidades, os laboratórios internacionais, as grandes cabeças da ciência mundial na área da saúde, todos convergiram para procurar equacionar essa questão, essa pandemia sanitária que invadiu o planeta. Também é importante ressaltar que não faltaram recursos, mas faltou dinheiro. As convergências foram muito fortes, em um ano, aproximadamente, nós conseguimos ter a vacina, e mais de uma até, porque vários laboratórios estão disponibilizando vacinas no mundo inteiro, e se começa, efetivamente, o tratamento que pode ser efetivo para a gente conseguir combater com mais tranquilidade essa doença.

Além disso, é importante ressaltar que nós tivemos, aqui em Porto Alegre, também uma dificuldade imensa na pandemia, mas graças à força dos funcionários da saúde e a força também das entidades políticas, entre as quais a Câmara de Porto Alegre, nós conseguimos reverter parte da... (Problemas na conexão.) ...doença, que teve números muito maiores e agora, ainda com muita preocupação, nós estamos tendo respostas melhores.

Eu gostaria de fazer uma pequena apresentação para mostrar aos senhores e às senhoras como nós estamos trabalhando essa questão em Porto Alegre. Depois complemento com mais algumas informações, e fico à disposição para responder perguntas e questionamentos que estiverem ao meu alcance. A apresentação é rápida, não é comprida, mas é importante, porque, na verdade, é na prática o que nós estamos fazendo em Porto Alegre neste momento.

(Procede-se à apresentação.)

**SR. MAURO FETT SPARTA:** Essa apresentação é praticamente dos últimos 30 dias, desde a nossa posse praticamente.

Essa é a fase prioritária, a priorização das populações alvo da primeira parte: são 163 mil pessoas que nós estamos tentando atingir neste primeiro momento. São pessoas com mais de 60 anos, institucionalizadas, trabalhadores da saúde, população indígena, quilombolas, idosos acima de 75 anos que estejam acamados – essa é a primeira fase. Nós temos 163 mil habitantes; é importante ressaltar que nós recebemos 83 mil vacinas, e ontem, segunda-feira, recebemos mais 9 mil. Então, dessas 163 mil pessoas, nós estamos vacinando por volta de 83 mil. As vacinas já estão distribuídas, na maioria, nos nossos hospitais, são 21 hospitais em Porto Alegre, e nas nossas 8 distritais.

Depois, na outra fase, tem as pessoas entre 60 e 74 anos, são 149 mil habitantes. Na terceira fase, pacientes com comorbidades, doentes. E, na quarta fase, 140 mil habitantes: trabalhadores da educação, de segurança, do sistema prisional, população de rua, pessoas com deficiências severas. Isso aqui, essa organização veio do Ministério da Saúde.

Como é que nós organizamos isso? O primeiro passo, em face da grande potencialidade de trabalho, nós começamos a fazer parcerias: fizemos parcerias com o Exército Brasileiro e com a UFRGS, cada um deles nos ofereceu cinco veículos com profissionais, com motoristas, e o Exército também ofereceu auxiliares de enfermagem oriundos dos hospitais militares e da policlínica. Nove veículos são equipes nossas, oriundas da própria Secretaria Municipal de Saúde, então nós estamos com 19 equipes trabalhando em todas as regiões da cidade, divididas nas oito distritais.

A estratégia da vacinação na primeira fase é vacinar primeiro os profissionais dos hospitais. Então, a própria medicina do trabalho dos hospitais está fazendo as vacinações. Depois, ainda na primeira fase, os pacientes em longa permanência, pessoas com deficiência, acamadas, pessoas que estão nos asilos, nos albergues, nas casas de apoio, os indígenas acima de 18 anos e também os quilombolas. Num primeiro momento, o nosso prefeito, já que era uma prerrogativa sua, ele colocou os quilombolas, que são por volta de 1,6 mil pessoas, os indígenas são 571. Então, essas foram as primeiras pessoas que estão sendo atingidas pela vacina.

Depois temos uma demanda espontânea: nós temos 24 unidades de referência em Porto Alegre prontas para receber as vacinas e aplicar na população simultaneamente. A dificuldade é que nós não temos vacinas necessárias, mas as unidades estão prontas e, assim que chegarem as vacinas, o atendimento será universalizado nessas 24 unidades, além, é claro, de outras instituições que estão nos apoiando e que estão se colocando à disposição para auxiliar no momento adequado. Os profissionais dos pronto-atendimentos das unidades de saúde, os idosos acima de 75 anos e demais profissionais de saúde são em quem estamos agora começando a pensar nessa hipótese neste fim de semana, depois eu explico.

Dia 18 foi o primeiro dia de vacina. A primeira remessa de doses foi de 51,6 mil, que chegou às 11h30min da noite lá no Hospital de Clínicas. Esse é o momento em que foram vacinadas as primeiras cinco pessoas, com a importante participação não só do governo do Estado, mas também da própria Prefeitura municipal. Aparecem ali o governador Eduardo Leite, o prefeito Sebastião Melo e as primeiras cinco pessoas simbolizando, então, o início do processo de vacinação.

É importante ressaltar que, dessas 51,6 mil doses, nós recebemos a primeira e a segunda dose. As segundas doses de 51,6 mil estão guardadas no núcleo de abastecimento do Estado. Nós vamos começar a vacinar novamente, já a segunda dose, algumas pessoas na próxima semana.

Aqui está a caixinha que todos esperavam, o momento do recebimento, nós estivemos juntos lá. E aqui aparece o flagrante das pessoas sendo vacinadas: acamados, profissionais da saúde.

O início da vacinação nos indígenas e quilombolas começou no dia 25 de janeiro, numa segunda-feira. Naquele dia também foram vacinados os pronto-atendimentos da Bom Jesus, da Lomba do Pinheiro, o SAMU e o PACS, além da vacinação dos indígenas e quilombolas. Essa começou e ainda não terminou; os pronto-atendimentos, sim, foram atendidos todos naquele mesmo dia.

Na segunda remessa, também do dia 25, chegaram 32 mil doses da AstraZeneca-Oxford. A orientação do Ministério da Saúde é de que essas doses fossem destinadas aos trabalhadores da saúde dos hospitais principalmente; elas foram todas distribuídas aos hospitais. É importante ressaltar que temos 82,3 mil trabalhadores na saúde. Então, já foram distribuídas lá 32 mil doses da Oxford, e mais outras tantas, num primeiro momento, 14,5 mil doses da CoronaVac. Os hospitais ainda continuam vacinando, eles não conseguiram terminar, tal o número de profissionais que estão sendo vacinados. Além disso, existe um outro grupo de profissionais que estão longe dos hospitais, mas que prestam um trabalho também importante nas clínicas, nos laboratórios e que precisam ser vacinados, e nós ainda não tivemos essa oportunidade.

A operacionalização da campanha – as próximas remessas de doses e a ampliação. Como eu falei anteriormente, nós estamos preparados: quando nós tivermos um volume maior, nós vamos abrir oito unidades de saúde e, se houver uma infinidade de vacinas suficientes, até 16 ou até 24 unidades poderão estar abertas. A ampliação depende das novas remessas de doses. Nós temos já parcerias importantes que nós conseguimos com a Amrigs, com o Sindicato Médico, com a UFRGS, com o Exército Brasileiro, com o Ministério Público do Rio Grande do Sul, com a Unisinos, com a PUC, com a UniRitter, com o Grêmio, com o Internacional, com as redes de farmácias PanVel, São João, Droga Raia e Agafarma. Todos esses entes estão preparados para, no momento adequado em que tivermos as vacinas, poderem fazer, disponibilizar os seus espaços e até auxiliar no que for possível para uma vacinação em massa. Ali no Grêmio e no Internacional nós tínhamos pensado em fazer, usando a excelente estrutura dos dois clubes têm, um *drive-thru*, uma vacinação em massa nesses dois lugares. Hoje mesmo um dirigente do Internacional me perguntou quando é que ia ser. Eu respondi: “Assim que nós tivermos vacinas suficientes para fazer esse trabalho.”

Como Município, estamos preparados para, no momento em que chegarem as remessas, irmos aumentando esse trabalho e rapidamente vacinar a nossa população.

Aqui é a carteirinha de vacinação. Não é simplesmente o ato de vacinar, existe toda uma estrutura de cadastro e de logística que tem que ser feita para que a vacinação se complete: o nome da pessoa, data de nascimento, CPF, tudo isso depois é encaminhado digitalmente para o Ministério da Saúde. Eles sabem lá que o Sr. Fulano e a D. Beltrana foram vacinados no dia tal; depois, na segunda dose, tudo isso vai para os computadores do Ministério da Saúde e do nosso aqui também, porque nós ficamos com esses dados.

A estratégia de vacinação, no início, foi um suporte operacional, muita segurança – a Guarda Municipal ajudou muito, a Brigada Militar também, o próprio Exército no auxílio do transporte dos imunobiológicos para o local onde foram armazenados, que foi na Vigilância Sanitária. O auxílio, depois, nas unidades de

referência, nas oito distritais onde existem vacinas, que estão seguras com guarda armada inclusive nas 24 horas. Todo esse suporte para urgências e emergências no SAMU. O transporte da Vigilância Sanitária até os locais de distribuição, tudo isso foi pensado e foi organizado no sentido de que não houvesse surpresas negativas. A organização das unidades, as salas de vacina, essa parte toda nós temos pronta. Agora, o importante mesmo é a comunicação, auxiliar no repasse de informação para a população, abordar questões como grupo prioritário organizado nas unidades de saúde, a distribuição desses insumos e a confecção das carteiras.

Nós criamos um painel chamado Vacinômetro. Esse número é o de segunda-feira. Hoje, pela manhã, já estávamos em mais de 45 mil pacientes. Naquele dia em que estivemos aí junto com o prefeito, eu tinha levado essa apresentação, caso fosse necessária, se o prefeito quisesse saber alguma coisa, estava ali. E ficou aí nos computadores de vocês. Então, esse é o número de segunda-feira. Hoje pela manhã já passava de 45 mil. E ali tem o número de pessoas vacinadas, o total da população-alvo, 42% ou 43%. Dos profissionais de saúde, já temos vacinados, hoje, perto de 30 mil. E os idosos, pessoas institucionalizadas, o número está muito próximo do fim. Na segunda-feira eram 12,9 mil, hoje o número já é próximo dos 16 mil. A população de quilombolas também andou mais um pouco, mas ainda falta – passamos de 50%; ali aparece em números. Aqui aparece esse número, que também é da segunda-feira, onde estavam sendo vacinadas as nossas 19 unidades. Hoje, está em primeiro lugar a Santa Casa, com 4.582, estava em terceiro, com 3.780. Depois, o Hospital de Clínicas, com 4.226; estava com 3.800. E assim sucessivamente. Esses números estão todos lá. Alguns hospitais já concluíram, como é o caso do Hospital Independência, do Hospital Fêmea, a UPA Moacyr Scliar, esses todos já estão prontos. Em hospitais menores já foi concluída a vacinação. Os grandes hospitais é que estão ainda trabalhando fortemente para conseguir atingir os 100%. Além disso, vocês estão vendo ali as gerências da centro-sul, as gerências da Glória, Cruzeiro e Cristal – esses são pacientes institucionalizados e acamados que nós estamos visitando diariamente. A visitação aos pacientes acamados é demorada, porque tem que fazer a visita em casa, tem que fazer um pequeno questionário, depois tem que ver qual é a situação do idoso, se ele tem condições de receber a vacina, uma série de coisas. É um trabalho mais lento, mas é um trabalho muito importante porque são as pessoas mais vulneráveis que nós temos. Então, eu louvo muito o trabalho que vem sendo feito pelas nossas gerências distritais.

Esse é um resumo do que aconteceu em relação à questão das vacinas. Nós recebemos agora também, segunda-feira, mais umas 9 mil vacinas, e nós estamos programando uma vacinação, meu prezado Presidente, talvez para o final de semana, isso ainda está sendo gestado, em todo o grupo de saúde, em todo não, mas no que falta ainda, em muito do que está faltando. Seriam, então, médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem, fisioterapeutas, nutricionistas, psicólogos, pessoas do laboratório, pessoas ligadas à questão da saúde como um todo, mas mais próximo possível. E muitas dessas pessoas não estão lincadas a hospitais, então terminam não recebendo a vacinação; mas estão ligadas a clínicas, estão ligadas a consultórios. Estamos pensando que temos 9 mil doses de vacinas, e os dentistas, odontólogos são pessoas que trabalham diretamente

com a cavidade oral, portanto fazem parte de um grupo de risco importante, também os otorrinolaringologistas, pessoas que trabalham diretamente com a cavidade oral, com as vias respiratórias, elas têm uma probabilidade muito importante de contrair a doença, precisam de muito cuidado no seu trabalho. Então, nós estamos pensando em fazer, está sendo montado ainda para o fim de semana, em vários locais, um processo de vacinação para adiantar esse processo que os hospitais estão fazendo e ainda não estamos tendo condições de atingir os 100%. Ao mesmo tempo, é importante ressaltar que os hospitais e as gerências distritais possuem vacinas ainda, estão fazendo esse trabalho nas 19 unidades volantes que nós temos. É preciso aqui registrar o meu agradecimento a todo esse grupo, porque durante o sábado e o domingo não conseguimos ter 19 unidades em funcionamento, mas oito, dez unidades ainda continuam trabalhando e, aí, muitas vezes, com voluntários, estudantes de medicina, estudantes de enfermagem, de odontologia, das áreas ligadas à saúde. Tenho que fazer, aqui, essa referência e deixar essa deferência a esses profissionais, muitos jovens, que estão entusiasmados e trabalhando em prol da saúde do porto-alegrense.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Muito obrigado, secretário. Agradeço. Nós estamos com dez vereadores inscritos. Eu acho que poderemos fazer blocos de cinco perguntas. Pode ser, secretário?

**SR. MAURO FETT SPARTA:** Pode.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Eu tenho os seguintes dez primeiros inscritos: Ver. Aldacir Oliboni, Ver.<sup>a</sup> Bruna Rodrigues, Ver.<sup>a</sup> Fernanda Barth, Ver.<sup>a</sup> Cláudia Araújo, Ver. Pedro Ruas, Ver. Leonel Radde, Ver. Matheus Gomes, Ver. Alexandre Bobadra, Ver.<sup>a</sup> Daiana Santos e Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal. Os demais que quiserem se manifestar deverão se inscrever em liderança, está bem?

O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra.

**VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT):** Peço licença, Presidente, para tirar a máscara aqui para ficar mais inteligível a minha fala. Saúdo o Ver. Márcio Bins Ely, Presidente da Casa; colegas vereadores e vereadoras e o nosso secretário de saúde, que hoje, embora de forma virtual, vem à Câmara para falar sobre o plano de imunização dos cidadãos e cidadãs de Porto Alegre em função do combate ao coronavírus.

Secretário Sparta, satisfação em poder dialogar com o senhor, e ao mesmo tempo lhe parabenizando pela iniciativa de vir à Câmara, uma vez que já havíamos solicitado inclusive para o prefeito vir explanar sobre o plano de imunização. Secretário, o senhor falou que recebeu até o momento 83 mil vacinas. Nós, em Porto Alegre, temos uma população de mais de 1,640 milhão de pessoas, o senhor disse que até o momento foram vacinadas 41.729 pessoas. Qual é o plano que o senhor tem para imunizar todos

os porto-alegrenses? Quanto tempo o senhor vai levar com apenas 19 equipes, secretário? Nós sabemos que Porto Alegre, quando tem qualquer tipo de vacinação, H1N1, tuberculose, e assim por diante, todas as unidades de saúde disponíveis estão vacinando, portanto, todos os trabalhadores da linha de frente estão vacinando a população. Nós sabemos que, regionalmente, a unidade de saúde tem cadastrado, na sua unidade, 3 mil famílias, até 5 mil famílias. De que forma o senhor vai imunizar toda essa população com apenas 19 equipes, ou no máximo, como o senhor falou, 24 equipes? Se o senhor utilizar toda a rede disponível, o senhor vai imunizar em 24 horas, em 48 horas, assim que chegar a vacina. Portanto, o primeiro apelo que este vereador, com todo o respeito, faz aqui: é preciso fortalecer a Atenção Básica, valorizar o servidor público vacinando ele primeiro para que ele possa vacinar a população. Regionalmente, como o senhor vai se deslocar com essas 19 equipes em cada região da cidade? Olha o custo que isso dá, o serviço que isso dá. Ao contrário, o senhor disponibiliza na unidade de saúde que é próximo à residência e tem o mapeamento dessas famílias, idosos, hipertensos, pessoas com deficiência e assim por diante. Isso vai facilitar que em curto prazo de tempo a gente possa já, imediatamente, colocar a vacina à disposição da população. Por outro lado, nós queremos que o senhor tome uma atitude ousada, mas acima de tudo respeitosa com os trabalhadores do IMESF que foram demitidos. Existe sim uma intenção, e a gente sabe que é possível nós votarmos aqui nesta Casa o plano de cargos e salários para que eles possam ser reaproveitados na Atenção Básica. Portanto, queremos saber também do senhor qual é o planejamento, porque aí esses servidores voltam e não fecham mais unidades de saúde. Por outro lado, nós também sabemos, secretário, que aqui no HPS, como em outras unidades de saúde, se fazia o plantão 12 por 60, e por um decreto do prefeito anterior, ele instituiu plantões de 12 por 36 – queremos saber a sua opinião. Nós votamos aqui um decreto legislativo para acabar com essa barbaridade em tempos de pandemia. Não existe clima, não existe condição humana de o cidadão em tempos de pandemia trabalhar em 12 por 36, tem que voltar os 12 por 60. Portanto, nobre secretário, torcemos aqui para que o governo municipal também se manifeste com um plano para a compra da vacina. Ou senhores estão acreditando que o governo federal vai disponibilizar vacina para todos os cidadãos? Os governadores já estão fazendo, por que Porto Alegre não faz? Por isso o nosso apelo, e peço a compreensão do senhor para que valorize mais os servidores da saúde. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Muito obrigado, Ver. Oliboni. Nós estamos tendo um problema de áudio, no YouTube, mas a assessoria técnica da Câmara já está providenciando a retomada.

A Ver.<sup>a</sup> Bruna Rodrigues está com a palavra.

**VEREADORA BRUNA RODRIGUES (PCdoB):** Vereadores e vereadoras, essa é a primeira vez que utiliza esta tribuna como vereadora. Muito visitei

esta Casa e inclusive esta sala, quando acompanhava a CUTHAB, comissão de moradia e transporte. É com muito prazer que hoje, minha primeira ocupação vem a ser sobre a saúde, a minha primeira presença utilizando esta tribuna é falar de uma geração 100% SUS, da qual eu sou filha. Oriunda da Vila Cruzeiro, utilizei o postão da Cruzeiro a minha vida toda como o único instrumento de saúde. Hoje pela manhã, visitei o secretário e tivemos um ótimo diálogo, mas queria salientar aqui algumas grandes preocupações. Nós vivenciamos um período de pandemia onde a questão da necessidade de um calendário de vacinas é muito evidente. Como dizia, sou filha de uma política pública de forma integral, sou filha do SUS, de uma geração 100% SUS. Ao longo dos meus 33 anos, sempre consultei lá no postão da Cruzeiro, e é com este compromisso que venho a esta tribuna falar da necessidade de nós termos um calendário de vacinação. Quando nós vivenciamos uma pandemia e temos uma retomada da cidade, não temos proporcionalmente a retomada de um processo de vacinação da população. Por mais que tenha boa vontade o secretário na administração de uma quantidade mínima de vacinas, nós não temos a plenitude da vacinação e nem perspectiva dela, e isso é algo muito preocupante. Nós temos aqui também presente o calendário de retomada das aulas, e eu sou mãe de uma menina que tem 16 anos, vereadores e vereadoras, e a minha filha não retoma as aulas antes que tenhamos um calendário de vacinas, porque sou mãe e sei como hoje se estruturam as nossas escolas públicas, inclusive visito, participo e faço parte das reuniões do grupo escolar da minha filha e é preocupante nós pensarmos numa retomada invertendo a ordem, invertendo a lógica, não pensando primeiro num calendário de vacinação dos professores e professoras e dos profissionais de educação. É inadmissível que Porto Alegre só tenha vacinado quarenta e um mil e algumas pessoas, com capacidade de vacinar 46 mil. Nós sabemos que já chegaram mais 9 mil vacinas, mas que são completamente insuficientes para que tenhamos uma retomada saudável da cidade. Não nos basta pensar na retomada da cidade, na retomada a partir da economia, se nós não pensarmos na retomada a partir de um plano de saúde, de um plano que associe a retomada da educação, a retomada da nossa saúde de forma plena e contínua, desconectada da vida das pessoas.

Quem pega ônibus às 7h, Presidente – eu não sei, mas acredito que o senhor conheça essa realidade –, vive os ônibus e vivencia o drama das pessoas de pegar o ônibus lotado, de perder os ônibus lotados, inclusive. Nós vivemos um drama no transporte, que não está desconectado desse processo de vacinação, e precisamos pensar na cidade como um todo, e é essa preocupação que venho trazer aqui. Somamos mais de um milhão e meio de pessoas não têm sequer a possibilidade de pensar ou sonhar que no mês que vem, ou que daqui a duas semanas, ou que daqui a três meses vão ser vacinados, mas a necessidade do trabalho bate na porta cotidianamente, a necessidade das nossas famílias colocarem o pão na mesa bate na porta cotidianamente, e nós não podemos aceitar que poder público seja omissivo. Nós temos um presidente que se nega a garantir a vacina para a população, mas nós temos aqui um prefeito que disse que, se o presidente não desse conta da demanda de vacinas, lutaria para que se fizesse um consórcio com a Região Metropolitana para garantir a vacina. E é essa vacinação e esse calendário que nós viemos cobrar aqui hoje. A gente está junto, e estamos nos

colocando à disposição para construir alternativas, porque dessa forma vai ser uma retomada que vai garantir as mortes nas famílias mais pobres desta cidade, e isso nós não podemos admitir, Presidente. Esta Casa tem que ser parceira desta luta. Nós nos colocamos à disposição, na conversa com o secretário, para buscarmos alternativas para a cidade; também falamos sobre a necessidade de retomada dos postos de saúde, Presidente.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** A Ver. Bruna Rodrigues prossegue seu pronunciamento, a partir deste momento, em Comunicação de Líder.

**VEREADORA BRUNA RODRIGUES (PCdoB):** Falamos também da necessidade de reabrir os postos de saúde, porque é inadmissível que, em plena pandemia, nós tenhamos fechados mais de oito postos de saúde. É inadmissível, porque quem vive o dia a dia das nossas comunidades sabe que o posto de saúde, o ônibus que passa na esquina de casa garante a nossa dignidade, Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia, nossa vice-liderança de governo. É essa voz que vimos reivindicar aqui, da necessidade de reabrir os postos de saúde para que as nossas comunidades não percam dignidade, não percam o seu processo histórico de lutas, e nós nos colocamos mais uma vez à disposição inclusive para visitar esses postos de saúde. A nossa bancada, a nossa liderança de bancada, composta por duas vereadoras oriundas das comunidades, se comprometem a lutar junto para que os nossos postos reabram. Não a partir de qualquer reabertura, mas que também garanta a presença daqueles e daquelas que garantiram o vínculo com a saúde, que a saúde batesse à nossa porta. Nós precisamos discutir a presença do IMESF, que garantiu o programa Estratégia Saúde da Família, que é aquela saúde que bate na nossa porta, quando o médico não vai lá, mas o agente comunitário de saúde vai, leva a nossa demanda e faz com que a saúde tenha uma relação real, faz com que a saúde esteja de fato presente na vida do povo e das pessoas.

Cumprimento a todos e todas, digo que é com muito prazer que ocupo esta tribuna. Mulheres como eu garantiram a limpeza e a manutenção desta Casa por muitos anos, e hoje nós ocupamos esta tribuna para falar das nossas dores, das nossas histórias. Sou filha de gari e de empregada doméstica e tenho muito orgulho de dizer que com muita luta chegamos até aqui. Nós fomos somente um abraço, esta Casa será cada vez mais colorida e ocupada por mulheres e homens que tenham cada vez mais vínculo com o nosso povo. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Obrigada, Ver.<sup>a</sup> Bruna.

**Vereador Pedro Ruas (PSOL):** Apenas para saber se já temos o som fora deste local.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Sim, já conseguimos superar, tecnicamente, o som do YouTube.

O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para uma Comunicação do Líder.

**VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL):** Sr. Presidente, vereadores e vereadoras, público que assiste pela TVCâmara, eu queria falar sobre dois aspectos. Primeiro, eu queria que o secretário respondesse, é uma questão específica, mas tem incidência sobre a saúde pública da cidade de Porto Alegre, sobre a situação dos trabalhadores e trabalhadoras do IMESF. Há uma negociação em curso, mas, enquanto essa negociação decorre, houve a consumação, Ver.<sup>a</sup> Mônica, de 500 demissões do IMESF, de enfermeiros, de técnicos – 500 demissões, isso na semana passada. Demitir 500 pessoas da área da saúde, quando se está negociando, é uma demonstração de que a negociação não é verdadeiramente para incorporar uma política de preservação dos empregos e de preservação da função pública, porque a melhor forma de nós termos uma saúde de Atenção Básica efetiva é com os funcionários concursados do IMESF, independentemente da questão jurídica do IMESF – o próprio prefeito disse que poderia ter adequações jurídicas em relação a isso. Então, esta é a pergunta objetiva: vai ou não se ter uma política de defesa da Atenção Básica pública, ou a Prefeitura de Porto Alegre vai ficar apenas nas mãos dos hospitais privados, como fez a Santa Casa, há pouco, que sequer garantiu a manutenção das máquinas de refrigeração para as vacinas da Covid, depois teve que consertar atrasado? Então esse é o primeiro ponto, sobre o IMESF.

Sobre a vacina: evidentemente que nós estamos muito preocupados, porque nós não estamos vendo um plano; o plano da vacina é um plano nacional, com um governo genocida cuja política está sendo experimentada em Manaus – é Manaus o laboratório dessa política genocida. Em Manaus, nós chegamos a ter cerca de 70% de pessoas já imunes ao vírus, porque ali se aplicou a linha da imunidade rebanho, que é a linha do Bolsonaro; apesar disso, Manaus está tendo novamente um grande surto, os cientistas estão estudando por que isso está ocorrendo, se as pessoas que haviam sido imunizadas estão pegando novamente, se há um novo vírus com capacidade de transmissão maior, mas o fato é que Manaus é a expressão do caos nacional! E foi em Manaus que a política do Presidente Bolsonaro, inclusive, com o Ministro da Saúde, orientaram utilização da cloroquina. Infelizmente, o prefeito Melo e o secretário da saúde resolveram repetir a bobagem que, inclusive, os cientistas do mundo inteiro contestam. Até o Ministério da Saúde retirou do ar essa recomendação, embora a Prefeitura de Porto Alegre siga estimulando essa bobagem.

Qual é o problema? É preciso, em primeiro lugar, fazer pressão política. A Prefeitura de Porto Alegre não está fazendo nenhuma pressão política, talvez porque o Sebastião Melo queira dialogar com a base que apoia o Bolsonaro, então não faz nenhuma pressão política para que se acelere dos contratos para a compra de vacinas. Nós tivemos agora a experiência do governo do Maranhão pedindo para haver a contratação da vacina russa, e que ideologizaram – “olha, a vacina é russa!” –, quando agora as pesquisas internacionais comprovaram que tem 97% de eficácia. E no Brasil, a

Anvisa sequer fez o exame ainda, sequer acatou. A Argentina está usando a vacina russa! Bem, então é preciso pressão política, porque é lógico que não vai ter vacina para todo mundo, se o governo nacional não contratar. É preciso pressionar o governo nacional. E é preciso, na medida do possível, ter políticas municipais, estaduais para também acelerar. Vejam só, vereadores e vereadoras, atualmente, o secretário falou que está tendo um certo controle, mas não tem, Oliboni, sequer na vigilância um sistema de computação, o sistema de informática no Ministério da Saúde não é automático. Na secretaria, aqui, é por papel, o responsável para ver quem vai ser vacinado anota num papel nome, sobrenome, lugar e depois de dias é que transfere para o computador. Então, nós não temos sequer o controle de informática de quem se vacinou, de quem não se vacinou, se tem gente furando a fila, se não tem gente furando a fila. Nem o sistema de computação funciona! Tem que ter um plano, Presidente Márcio. Qual é o plano? Primeiro, na semana passada, o governo anunciou que ia começar a vacinar as pessoas com mais de 85 anos – anunciou na Rádio Gaúcha, não fez isso. Em várias cidades, já tem a imunização iniciada para os de mais de 85 anos, aqui em Porto Alegre nada, são cerca de 15 mil pessoas. A linha do governo estadual é de primeiro imunizar os 82 mil da saúde e depois chegar aos idosos de mais de 85 anos. O problema, Presidente Márcio, para concluir, o dado para o qual eu quero chamar a atenção é o seguinte: se continuar com essa política, vai chegar a nova cepa de Manaus, vão voltar às aulas, vão terminar as férias de fevereiro e nós vamos ter colapso em Porto Alegre. E eu não vejo nenhum plano da Prefeitura de Porto Alegre para evitar o colapso – nem um plano! Isso o secretário precisa falar, ao invés de simplesmente dizer o que já está na imprensa e nos jornais. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Obrigado, Ver. Robaina. A Ver.<sup>a</sup> Fernanda está com a palavra.

**VEREADOR FERNANDA BARTH (PRTB):** Boa tarde, colegas, secretário Mauro Sparta. Eu reitero a preocupação da colega vereadora em relação aos postos de saúde e gostaria de deixar um apelo aqui, principalmente, em tempos de Covid, quando as pessoas têm pressa para realizar o tratamento. Infelizmente, algumas pessoas só conseguem fazer uma consulta no posto de saúde depois do horário de trabalho, acabam consultando sexta-feira, final de tarde, e aí precisam do remédio, precisam dispensação do medicamento da farmácia popular e ela está fechada, e querer que alguém espere dois dias, até a segunda-feira chegar, para ter acesso a um antibiótico, a um medicamento, é pedir um pouco demais da população. Então, eu gostaria que houvesse um olhar atento para isso, que exista plantão na farmácia popular para que as pessoas tenham acesso ao medicamento tão logo elas precisem começar o tratamento. Trago aqui, secretário, também, um pedido da Associação das Crianças e dos Adolescentes Surdos – ACAS. Eu vi que a população com deficiência está na primeira fase da vacinação, e eles têm um pedido bastante sensível: eles pedem que seja

concentrado o dia da vacinação da população com deficiência auditiva para que eles possam levar alguém que saiba a linguagem de Libras junto para acompanhar o processo, porque realmente, eles têm dificuldades. Então, que seja combinado com a ACAS um dia, ou dois específicos para que eles consigam mobilizar a população surda, para que eles sejam vacinados com o auxílio de alguém de Libras junto. Deixo aqui reiterada a minha preocupação com isso. Acho que esse tipo de acessibilidade deveria ser garantido em várias partes do serviço público, não se fala em inclusão sem falar nessa questão de Libras. O calendário de vacinas é importantíssimo, as pessoas precisam saber para poder se programar, mas a gente também tem a sensibilidade de saber que a vacina é escassa no mundo todo, e que tem gente que não é grupo de risco, que só vai ser vacinada daqui a um ano. Priorizar quem é grupo de risco, quem tem deficiência, quem precisa trabalhar com contato direto com quantidade de população... Acho que é justo os professores estarem na linha de frente e terem acesso à vacinação também, porque a gente está querendo a volta às aulas – eu sou uma das mães que quer que voltem as aulas presenciais o quanto antes for possível –, mas eu entendo que os professores têm que estar imunizados. Deixo aqui essa colaboração e deixo aqui o convite ao secretário para participar da frente parlamentar de combate aos efeitos da pandemia. Nós queremos ter um contato muito direto, não só com o secretário da Saúde, mas com o Secretário Extraordinário de Enfrentamento ao Coronavírus, nós teremos muito trabalho pela frente, tanto na área da saúde, quanto na área da economia. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Muito obrigado, Ver.<sup>a</sup> Fernanda. Vereadores, nós vamos ter que pactuar a questão das assessorias. Excepcionalmente, se um assessor precisar entrar para fazer um registro, uma filmagem, um vídeo – sei que tem um assessor, eu acho, do partido NOVO que está pedindo ingresso, vou pedir que a nossa segurança permita o acesso – peço que façam, prestem sua assessoria e, na medida do possível, deem lugar para os outros também. A Bruna queria fazer um vídeo do seu primeiro pronunciamento, pediu para a assessoria entrar. Para que não haja nenhum tipo de intercorrência com o pessoal da segurança, peço que as assessorias ingressem no plenário comedidamente e, à medida que forem atendidas as necessidades de orientação, por gentileza, não permaneçam em plenário para que não haja aglomeração, até pela segurança de todos. Então queremos liberar o acesso solicitado; pedimos que o pessoal acolha o atendimento e, na medida do possível, já se retire na sequência para não gerar aglomerações, por gentileza.

A Ver.<sup>a</sup> Laura Sito está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADORA LAURA SITO (PT):** Boa tarde, Presidente; boa tarde, colegas vereadoras e vereadores; quero saudar aqui o secretário Mauro Sparta – importante estar aqui na Casa. Nós, da oposição, já tínhamos feito alguns pedidos sobre a importância de o secretário poder estar aqui e nos prestar alguns esclarecimentos em

relação ao combate à pandemia. Não dá para começar a falar sobre o enfrentamento ao coronavírus sem nós mencionarmos os profissionais da saúde e prestarmos a nossa solidariedade às famílias daqueles que foram vítimas ao longo dos últimos meses desta pandemia. É muito duro. Isso também nos mostra a dimensão do que é esta crise e a dimensão do que é o desmonte da saúde pública em Porto Alegre, atravessando especialmente a última gestão.

Quando nós falamos aqui, como os colegas que me antecederam, sobre o fechamento de postos, sobre a desestruturação dos postos e dos prontos atendimentos, nós falamos, por exemplo, do PACS, o Pronto Atendimento Cruzeiro do Sul. Nós tivemos, no último período, apenas no primeiro mês de gestão, diversas denúncias sobre a má administração, que vão desde a condição de limpeza do espaço até a condição administrativa – o PACS está há um ano sem ter coordenação. Isso é muito importante, porque tange à condição estrutural do seu funcionamento. Os funcionários, Sr. Secretário, esperam já há algum período que possam se reunir com o senhor para que possam falar sobre a possibilidade da nova administração do PACS. E isso se estende, a má administração, por vários setores, incluindo especialmente a questão da Atenção Primária, em que nós tivemos 500 demitidos do IMESF, limitando de forma central a condição de a cidade enfrentar a pandemia que vivemos. Quando falamos isso, não falamos para atacar a gestão, para fazer uma política baixa, mas falamos isso porque defendemos o SUS, defendemos como um valor, como uma compreensão sobre o papel do Estado em relação à saúde, em defesa da saúde pública.

Isso é um compromisso nosso, enquanto mandato, mas também como Partido dos Trabalhadores, e é exatamente por isso que nós temos uma perspectiva de uma postura a auxiliar no debate público da cidade em relação à saúde pública do nosso Município, fiscalizando e ajudando nos debates que possam trazer equívocos ao enfrentamento à pandemia que vivemos. Isso nós vimos no último período com o próprio PACS, com a própria movimentação para que a população quilombola fosse reinserida na primeira fase de vacinação. Também temos a questão da vulnerabilidade, da violência a que essas comunidades ficam, muitas vezes, expostas. Seria absurdo não estarem, devido à fragilidade da segurança sanitária, na primeira fase de vacinação; assim como os profissionais da assistência social, entre outros.

Para além disso, para nós fica muito nítida a dificuldade da Prefeitura ao longo desse período de conseguir apresentar uma disseminação das informações. Vivemos um período muito duro, um período de *fake news* e de desinformações, e a Prefeitura não tem canais nítidos de informação à população sobre o enfrentar à Covid-19. Só nos últimos dez dias o canal 156 teve aumento de 130% de ligações e pedidos de informações sobre como enfrentar a Covid-19. A Prefeitura não teve condições de responder a isso. Isso demonstra a fragilidade da organização do Município frente à pandemia.

Temos a publicização das vacinas efetuadas. Hoje, fechamos mais de 46 mil vacinas, vacinamos 3% da população geral em Porto Alegre. A Prefeitura criou o vacinômetro, como o secretário apresentou. Inclusive, nós, no nosso mandato, estamos

replicando essas informações, porque elas não chegam à totalidade da população, e isso seria fundamental.

Para ir para a reta final, gostaria de deixar aqui algumas perguntas para o secretário. Primeiro, sobre a volta às aulas: quais serão os protocolos de reabertura das escolas? Nós temos EPIs suficientes nas escolas? A reabertura das escolas, por óbvio, é uma questão que é sensível a todos e todas, mas quais são as condições para nós abriremos? Por que os professores, os trabalhadores em educação como um todo não estão à frente na prioridade de vacinas? Nós vemos muitas críticas também à falta de instruções sobre o uso de EPIs; a Prefeitura não tem apresentado uma capacitação sobre o uso dos EPIs. Para além disso, nós temos uma política de imunização que deve contemplar um plano de contingenciamento da Covid-19. Nós não sabemos se ele existe ou não existe; os profissionais da saúde do Município de Porto Alegre nos dizem que não têm conhecimento sobre a existência de um plano de contingenciamento. Nós não temos uma ampla campanha de educação em saúde com os trabalhadores da educação primária que consiga trazer esclarecimento em relação ao enfrentamento da Covid-19. Nós recebemos diversas informações e, como eu disse, a procura alta pelo 156 para informações em saúde nos demonstra isso.

Para concluir, gostaria de saber a opinião do secretário sobre o *kit* Covid-19. Nós sabemos que não tem nenhuma comprovação científica e gostaríamos de saber qual a posição do secretário da saúde diante desse medicamento que nós sabemos, inclusive, que traz efeitos colaterais. Como se sente sobre essa oferta? Nós questionamos isso para saber se não é uma questão simplesmente de influência do governo federal e qual é a responsabilidade do Município frente à oferta desse conjunto de medicamentos. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Muito obrigado, Ver.<sup>a</sup> Laura Sito. A Ver.<sup>a</sup> Cláudia Araújo está com a palavra.

**VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD):** Boa tarde, Presidente Márcio; boa tarde, colegas vereadores e vereadoras; público que nos assiste; Mauro Sparta, secretário da saúde – obrigada por falar conosco e nos trazer as informações com relação à pandemia e à Covid-19. Há outras pautas que eu acho que são importantes dentro da linha da área da saúde que eu gostaria que o senhor colocasse e nos pontuasse. Quando a gente fala em valorização do trabalhador, a gente tem que falar em benefícios desses trabalhadores, e aí a gente entra na insalubridade desses trabalhadores. A insalubridade é calculada pelo grau, pelo risco, pelo grau máximo, que é 40%, e hoje nós estamos numa pandemia; então, se nós estamos numa pandemia, todos os trabalhadores da saúde estão sob grau máximo. Por que alguns trabalhadores ganham 20% de insalubridade e outros ganham 40%? Se nós estamos numa pandemia, todos têm que ganhar a mesma coisa, e eu quero que o senhor me explique por que isso não está acontecendo. Inclusive, nós entramos com um PL pedindo insalubridade

máxima durante a pandemia, está tramitando na Casa, porque eu acho isso é extremamente importante.

Reforçando a fala da vereadora que me antecedeu com relação ao PACS, eu acho que é extremamente importante o senhor nos pontuar com relação à coordenação do PACS, porque está há um ano sem diretoria e sem coordenação em plena pandemia. Isso não pode acontecer. Eu sei que o senhor está assumindo agora, eu sei que isso é de uma gestão anterior que deixou muito a desejar, mas eu acho que é importante que o senhor possa resolver isso para que a gente possa trabalhar da melhor maneira com os profissionais para que eles tenham segurança e condições de trabalhar.

Outra coisa que me preocupa muito é com relação às outras comorbidades, às outras doenças que nós viemos enfrentando. Eu recebo diariamente três, quatro pedidos de ajuda de encaminhamento para leitos hospitalares, porque estão todos lotados. E aí me dizem que reduziu a ocupação dos leitos, que nós não temos tantos casos de Covid-19. *O.k.*, nós podemos até estar com a Covid-19 sob controle, mas nós temos outras doenças. Eu recebo milhares de pedidos de ajuda para pessoas que têm câncer, que têm doenças que podem matar de hoje para amanhã, e essas pessoas não estão conseguindo leitos no sistema de saúde. Então eu preciso que o senhor nos pontue com relação a isso, porque nós não somos só Covid-19, nós somos outras doenças também. As pessoas morrem, e morrem muito mais de outras doenças do que pela própria Covid-19. Mesmo com liminar judicial! As famílias entram com liminar judicial, mas não é respeitada a liminar, porque dizem não ter leitos. Então eu precisava que o senhor nos ajudasse nessa pauta.

Fortalecendo novamente a fala da vereadora que me antecedeu com relação aos professores, ontem mesmo nós tivemos uma reunião com o prefeito, e ele nos disse que no dia 22 de fevereiro iniciam-se as aulas. Então, se as aulas vão iniciar no dia 22, quando os professores serão vacinados? Isso é de extrema importância para a proteção, principalmente, dos trabalhadores e das nossas crianças – eu queria que o senhor me respondesse com relação a isso também. E eu queria que o senhor me dissesse por que nós estamos trazendo – isso até pode ser em nível estadual, mas talvez o senhor possa me responder – pessoas de outros estados, talvez com mutações do vírus, para a nossa cidade, lotando as nossas UTIs, sendo que nós não temos lugar para atender os nossos doentes. Então, eu queria que o senhor me pontuasse isso: o que isso traz de benefício para a nossa cidade? Certo que temos que ser coerentes, ajudar, fazer, mas por favor, primeiro vamos atender os nossos, para depois poder atender aos outros.

Hospital Presidente Vargas - nesta semana caiu o teto do neonatal, podia ter sido pior. As reformas feitas foram graças a um convênio assinado entre a Prefeitura e o Hospital São Lucas da PUCRS - muito malfeitas por sinal, porque está caindo. Então, nós precisamos de uma atenção especial para o hospital Presidente Vargas, porque é um dos poucos hospitais que ainda restam, materno-infantil. E, para encerrar, não vamos permitir a extinção do SUS.

É sim, e sim para sua ampliação e melhorias, pois as comunidades mais carentes precisam de saúde e precisam de qualidade. Desejo ao senhor que faça uma

gestão diferenciada da anterior que pregava fechamento de postos, demissão de profissionais e não valorizava a nossa saúde pública. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Obrigado, Ver.<sup>a</sup> Cláudia Araújo. O Ver. Pedro Ruas está com a palavra.

**VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL):** Presidente, Márcio Bins Ely, agradeço a gentileza; vereadoras e vereadores. Eu começo dialogando com duas colegas vereadoras, ditas, entre aspas, de direita: a Ver.<sup>a</sup> Fernanda Barth e a Ver.<sup>a</sup> Cláudia Araújo, e nós temos acordo em duas questões colocadas aqui. Primeiro, com a Ver.<sup>a</sup> Fernanda Barth, com relação aos professores. Do meu ponto de vista...

(Aparte antirregimental.)

**VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL):** Sim, mas é independente de direita. É que o PSD, é que o seu partido é de direita. É um conceito meu - eu respeito o seu. É de direita, na minha opinião, enfim. Então, dialogo com a Ver.<sup>a</sup> Fernanda Barth, que coloca corretamente - os profissionais da área do magistério por óbvio tinham que estar em prioridade, por óbvio; vão ficar em salas confinadas com inúmeras crianças que não têm a consciência dos adultos para o uso de equipamentos de proteção; dou-lhe razão porque essa luta é nossa também. E dialogo com a Ver.<sup>a</sup> Cláudia Araújo no sentido de que, no meu ponto de vista, e falava antes com o Ver. Roberto Robaina, líder do PSOL, os portadores de câncer deveriam estar com prioridade, Ver.<sup>a</sup> Cláudia Araújo, como V. Exa. referiu aqui – teriam que estar! Eu tenho recebido inúmeros pedidos, e são situações dramáticas! Dramáticas! Pessoas que estão desesperadas, assim como as suas famílias. Então, eu quero enfatizar a importância do que colocou V. Exa., dizendo que estamos de total acordo. Não há como uma doença terrível como o câncer, um flagelo histórico da humanidade, não ser colocado em primeiro lugar! Não há como! É uma comorbidade pesadíssima que precisa ter, sim, a atenção do poder público com relação isso na escala das prioridades.

Ao final, Presidente, eu trago aqui um questionamento que me foi feito por muitas pessoas, e particularmente no dia de hoje, se repete sobre o mesmo tema. Agora estamos nos encaminhando para o mês de fevereiro; foi comprovado que nesse período de janeiro e fevereiro – desde final de dezembro – há uma diminuição de usuários no transporte coletivo. Há, de fato há uma diminuição - são inúmeros, fatores, basicamente o período de fim de ano e início de ano e a pandemia. Mas, essa diminuição não é na mesma proporção na questão das contaminações da Covid-19. Portanto, a Covid-19 tende a aumentar a contaminação, em qualquer hipótese, com ou sem a cepa de Manaus – estou com o Roberto Robaina, ela está chegando aqui. E ela contamina mais; se não é mais fatal, é mais contagiosa.

Então, a pergunta para o secretário Mauro Sparta, mas antes abro um parêntese com um protesto: anteontem estavam aqui o prefeito, o vice-Prefeito, à mesa, com Vossa Excelência, estava aqui o próprio secretário Mauro Sparta; por que hoje, convocada toda a Câmara, não está aqui o secretário? É melhor de conversarmos, é mais fácil. O assunto é muito relevante para nós tratarmos, até como tratamos com os problemas de som e imagem aqui. Então, fica aqui o protesto que ele deveria estar aqui, Ver. Oliboni, à mesa conosco. Esteve o prefeito, o vice, o secretário, aqui; hoje, é o dia dos vereadores, não está o secretário presente, está online. Bom, fecho o parêntese e faço a pergunta: qual é o plano, qual é o projeto para o enfrentamento da pandemia em Porto Alegre, a partir do dia 22 de fevereiro? A partir da chamada a volta às aulas – a qual sou contra, quero deixar registrado aqui. Mas, com relação à volta às aulas, qual é a estratégia? O que pretende fazer o governo para enfrentar um período que é diferente? Nós teremos, no mínimo, 1/3 da população de Porto Alegre a mais na cidade, 1/3 de uma população de um milhão e meio, nós estamos falando de meio milhão de pessoas! É isso. Então, nós teremos mais meio milhão de pessoas circulando, particularmente, nos meios de transporte coletivo. Então, esta é a pergunta ao secretário Mauro Sparta: o que está sendo programado para a segunda quinzena de fevereiro e primeira de março, em termos de mudança? Porque não pode ser o mesmo comportamento governamental, tem que ser diferente, Ver.<sup>a</sup> Tanise, tem que ser melhor, tem que ser mais efetivo. Vai aumentar em 1/3 a população circulante na cidade, basicamente a partir do transporte coletivo. Concluo, repetindo a pergunta: qual é a estratégia do governo municipal para esse novo período que enfrenta agora Porto Alegre? Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Muito obrigado, Ver. Pedro Ruas. O Ver. Giovane Byl está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR GIOVANE BYL (PTB):** Obrigado, Presidente; boa tarde às vereadoras, aos vereadores, a todos que nos assistem pela TV Câmara, quero saudar aqui o secretário Mauro Sparta, que, no meu ver vem desenvolvendo um grande trabalho à frente da Secretaria Municipal da Saúde. Quero dizer também, secretário Sparta, que fico muito feliz por nós termos, no Departamento da Vigilância Sanitária, o Fernando Ritter, um grande profissional da área da saúde que exerceu um papel fundamental como secretário de saúde em Canoas e vem somar aqui em Porto Alegre, com toda a experiência que esteve atuando no combate à pandemia, em Canoas, agora vem somar aqui em Porto Alegre. Eu tenho que dizer, parabenizando o secretário Sparta, que a gente tem visto pelo Brasil, em diversas cidades, o prefeito, os secretários de saúde, os gestores públicos se apropriando das vacinas para si. A gente viu diversos casos nos noticiários de pessoas, com influência política, furarem a fila. Isso aconteceu no Amazonas, no interior no Rio Grande do Sul, e a gente pode ver o quanto a secretaria de saúde, a Prefeitura e o nosso prefeito têm levado com seriedade a priorização do planejamento da vacinação. Então, secretário, parabéns pela seriedade com que vocês

vêm trazendo e executando o planejamento de vacinação. Secretário, falou-se muito aqui sobre a questão da volta às aulas; quero que os vereadores reflitam. Eu sou a favor da volta às aulas porque o jovem da periferia, que hoje não está na escola, está no semáforo – basta andar pela Av. Ipiranga você vai ver jovens adolescentes colocando, no espelho dos carros, balas para vender. É só andar nas periferias de Porto Alegre que vamos ver os jovens que eram para estar nas escolas, estão nas ruas, nas vilas, aglomerados nas pracinhas, nos parques e nas praças sem nenhuma proteção, sem nenhum equipamento social. Então, eu acredito, sim, que a volta às aulas vem num momento oportuno, claro que garantindo toda a segurança, todo o distanciamento social, a segurança de EPIs. Mas acredito que principalmente os jovens de periferia vão estar mais seguros dentro de um ambiente que tem a proteção, do que como estão hoje na rua, vulneráveis, e mais ainda, aqueles jovens que perderam o café da manhã que a escola municipal proporciona, que perderam o almoço de qualidade que a escola municipal garante e hoje não estão tendo, nem segurança, porque estão nas ruas, nem a garantia da sua alimentação. Então, para encerrar, eu parableno o secretário, sua equipe e os profissionais que estão à frente, executando esse planejamento de vacinação com excelência. A falta de vacinas não é um problema de Porto Alegre, é um problema do mundo, é um problema do Brasil, e Porto Alegre, nosso Estado, vêm administrando isso. Eu acredito na competência do nosso secretário, da equipe que está sendo formada, no Fernando Ritter, que está também lá na secretaria. Eu só gostaria aqui, secretário, eu fiz um pedido de providências, eu acredito que os conselheiros tutelares tenham que ser incluídos na priorização do planejamento de vacinação. São 100 conselheiros tutelares, 50 titulares, 50 suplentes, que estão na linha de frente atendendo a comunidade, assim como toda a rede da assistência social que está atendendo os mais vulneráveis da cidade. Então, secretário, olhe com carinho para estes grupos que estão na ponta atendendo a população. Muito obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Muito obrigado, Ver. Giovane Byl. Cumprimos uma primeira rodada de perguntas, secretário; depois teremos mais uma rodada. O secretário Mauro Sparta está com a palavra.

**SR. MAURO SPARTA:** Vamos respondendo dentro das nossas possibilidades. Começamos com o Ver. Oliboni, nobre vereador e militante da saúde lá no GHC. O vereador falou nas 83 mil vacinas que nós recebemos; eu falei esse número, é verdade, e agora, segunda-feira, recebemos mais 9 mil vacinas, vereador. E hoje nós estamos com 46.221 pessoas vacinadas - aquele número, que eu falei antes, era de segunda-feira; hoje são 46, eram 41 naquela oportunidade. Em relação às equipes, às 19 equipes, não sei se eu não me fiz entender, as 19 equipes são equipes volantes que vão até às instituições de longa permanência, aos acamados, estão fazendo esse trabalho. Mas nós temos a estrutura das nossas distritais, de onde partem essas equipes volantes, e, no momento adequado, em que nós tivermos mais vacinas, essas equipes vão

continuar trabalhando nesse sentido, mas a vacinação vai ser dentro das unidades básicas de saúde, como é feito em toda e qualquer vacinação quando existe quantidade abundante de vacinas. Este protocolo que nós idealizamos agora é em face da insuficiência de doses de vacina que temos. Estamos trabalhando, primeiro, atingindo as pessoas mais vulneráveis e também os trabalhadores da saúde. Então, as 19 equipes vão continuar trabalhando. Em relação ao IMESF, foi pergunta de vários, até hoje nós temos uma reunião no final da tarde sobre isso com o Sr. Prefeito Municipal, é um imbróglio muito antigo que começou lá em 2011 e veio até eclodir em 2019, quando o Supremo Tribunal Federal ordenou, determinou o fechamento do IMESF. A administração passada deu um enfoque nesse sentido, puramente afirmativo em relação a essa decisão do Supremo Tribunal. Nós estamos trabalhando, estamos estudando a possibilidade de outras alternativas, mas também não podemos ferir a determinação da justiça. É mais do que um problema sanitário, assistencial, tornou-se um problema jurídico. E nós aqui, não só o secretário da saúde, mas a PGM e o próprio prefeito, temos que tomar as decisões necessárias. Os funcionários que lá estão, que lá estavam, que prestaram um excelente serviço naquele momento, muitos já foram embora por acordo, principalmente os médicos e os dentistas; outros estão sendo... Eu vi que houve 500 demissões, não sei se foi o senhor, mas alguém falou sobre isso. Essas demissões são retroativas ao período de julho a dezembro de 2020, só que nunca haviam sido publicadas, não foram demissões de ontem, que saíram ontem, elas são demissões antigas e que foram publicadas ontem, não aconteceram agora, foram encaminhadas pelo IMESF agora. Essa determinação é que nós temos que agora julgar e ver o que vamos fazer em relação a isso. Os agentes comunitários de saúde, por determinação legal, precisam continuar; agora, houve um processo seletivo de 189 aprovados - aí houve uma determinação do governo municipal, estão fazendo, substituindo essas pessoas. Então, é um imbróglio tão grande, tão complexo, que ultrapassa a secretaria de saúde. Importante ressaltar o seguinte: precisamos de funcionários para complementar essa deficiência, essa ausência desses profissionais. Se eles realmente saírem, nós vamos precisar fazer uma complementação: um novo concurso ou alguma outra alternativa tem que ser buscada. O que mais que tinha do Ver. Oliboni? Em relação aos plantões de 12/36 horas e 12/60 horas, o trabalho era sempre 12\36 horas. Eu recebi um trabalho aqui, se nós entrarmos em 12/60 horas, vamos ter que contratar um número mais expressivo de funcionários. Então, isso está em estudos ainda. Agora, houve na Câmara Municipal, uma determinação. Nós vamos ver como o prefeito analisa isso e estamos dispostos a debater esse assunto da maneira mais profunda possível. É determinação do nosso prefeito Sebastião Melo de fazer debates das questões que nós não estamos concordando até o último grau de exaustão. Nós estamos dispostos a isto, a conversar sobre o tema.

Em relação à Ver.<sup>a</sup> Bruna, que hoje nos visitou aqui, tive a oportunidade de conhecê-la e ver a sua tenacidade, ver a sua capacidade de trabalho, a sua determinação em vencer os diversos degraus da vida, conversamos muito sobre a educação, principalmente, a educação pública. E agora ela nos falou sobre um calendário de vacinação. Calendário de vacinação de todas as outras vacinas já existe; aliás, é um dos

grandes atributos do SUS. Nós temos um calendário nacional de vacinação, criado em 1973, que vem se aprimorando desde então; temos talvez o melhor, o mais apropriado calendário do planeta. Não sei se existe outro assim. No ano passado, nós vacinamos 80 milhões de pessoas contra H1N1. É um desafio para o SUS, porque agora, com a Covid-19, nós vamos ter que vacinar talvez o dobro disso. Então, é um desafio muito importante, mas nós temos no País 38 mil postos, unidades básicas de saúde. E aqui em Porto Alegre, alguém falou que nós deveríamos abrir todos os postos e as unidades básicas de saúde. É claro que sim! Se nós tivermos vacina para colocar nas unidades básicas e diluir rapidamente, é isso que vai ser feito. Então, por isso que eu comentei aquela escalonada, porque nós estamos acreditando que, com a chegada do insumo com que fazem a vacina... O Brasil comprou 11 mil litros, isso dá para fazer uma infinidade de vacinas. O Instituto Butantan e a Fiocruz têm uma capacidade muito grande de produção de vacinas, se eles tiverem os insumos - agora eles chegaram. O Butantan, esses dias, numa entrevista com o seu diretor, o Dr. Covas, ele falou que eles têm condições de produzir 1 milhão de vacinas por dia. Bom, isso é uma realidade altamente promissora, se realmente a gente conseguir com que aconteça isso. Eu tenho essa convicção. Agora, foi falado há pouco, também pela Ver.<sup>a</sup> Bruna, no fechamento das UBSs. Foi meu primeiro trabalho, no primeiro dia de atividade, eu visitei as UBSs da Vila Elizabeth, Laranjeiras, Jenor Jarros e Pitinga, que tinham sido fechadas poucos dias antes. A Elizabeth foi aberta rapidamente, na primeira semana ainda já estava aberta. As outras estão em reforma e vão ser abertas. Pedi para o MP, que me interpelou sobre isso, dois meses para fazer as devidas reformas e, antes disso, vamos abrir uma delas e depois a outra. Em relação à UBS Tronco, Ver.<sup>a</sup> Bruna, eu hoje de manhã, na nossa conversa, eu me dispus a ir, ainda durante esta semana ou na semana que vem, visitar esse local. Essa foi fechada em junho, não foi fechada agora. A repercussão que deu foi dessas últimas quatro, que foi na virada do ano, mas teve outras que foram um pouquinho antes, que já não se falava tanto mais. A senhora falou nessa unidade básica da Tronco, que é próxima à região onde a senhora reside, e nós nos propusermos a ir lá e olhar as condições em que ela está e, se for possível, e acredito que sim, reabri-la para a população daquela região.

Vereador Robaina, sobre a situação do IMESF, é aproximadamente aquilo que eu já tinha repetido ali, falado, vereador, nós estamos propensos, vamos ter esta reunião hoje para trabalhar essa questão no sentido de equacionar. O prefeito Melo está propenso a resolver essa questão da melhor maneira possível e não ter desassistência da nossa população e pensando também na questão funcional, mas também não podemos ferir as determinações da justiça. A justiça determinou que se pagasse o Fundo de Garantia e o salário e disse que estavam extintos os empregos, que aquele concurso seria invalidado pela extinção, então, é uma coisa muito séria. E nós resolvemos isso sem ferir a justiça. É um trabalho que precisa ser feito com muito critério. Nós prometemos aqui empenho nessa situação e eu não posso deixar de pensar sempre no funcionamento das nossas UBSs. Eu preciso de trabalho humano de qualidade – e lá tem – para que a gente consiga efetivamente dar o melhor atendimento possível à nossa população.

Em relação às vacinas, que é um tema nacional, como o senhor falou, é verdade; na verdade, é um tema internacional. A dificuldade, muitas vezes, da vacina, Ver. Ruas, é porque a meia dúzia de laboratórios que tem no mundo não estão conseguindo suprir toda a demanda existente de todos os países do planeta – graças a Deus, nós temos o Butantan e a Fiocruz. Eu imagino que, em tempo não muito longo, nós vamos ter produção nacional. E isso é para que a gente aprenda que a indústria nacional precisa ser valorizada, nós temos que fabricar as nossas necessidades aqui dentro deste país e não depender da ajuda, de auxílio da consideração externa. Isso serve de alerta para todos nós.

Em relação à hidroxicloroquina e a ivermectina, os medicamentos que são chamados de *kit covid*, a determinação do prefeito, que nós atendemos, prontamente, foi de que nós recebemos do Ministério da Saúde um convite de que, se nós precisássemos de hidroxicloroquina, nós poderíamos tê-la sem custo, sem ônus nas nossas farmácias. Então, nós pedimos que viessem. Por quê? Porque ela serve num grupo muito forte, muito grande de médicos do mundo inteiro, que acham que esse tratamento é conveniente no início do tratamento precoce; outros entendem que não. Mas ela tem também outra funcionalidade, que é o tratamento do lúpus, da artrite reumatoide, bem como de outras doenças, chamadas doenças autoimunes. Então, por que não buscar esse medicamento? Além disso, é muito importante ressaltar que, quando houve um pico do coronavírus, nos meses de julho, agosto, quando tivemos aquele pico terrível, essa medicação sumiu das nossas farmácias, não existia para comprar. Por quê? Porque as classes mais abastadas foram à farmácia e compraram, enquanto as classes mais vulneráveis não tiveram acesso a essa medicação, mesmo que quisessem. Então, nós determinamos, por orientação do prefeito, que essa medicação ficasse disponível. O prefeito sempre dirá: "eu não sou nem a favor, nem contra, eu quero tenha medicação nos postos, para o uso adequado e para o uso *off-label*". A ivermectina, da mesma forma, nós estamos comprando ivermectina como compramos em todos anos. Não houve uma compra excessiva agora da ivermectina. Não! A cloroquina foi doação; a ivermectina foi comprada para três meses. Só o Presídio Central utiliza 4 mil comprimidos de ivermectina por mês, para tratamento convencional, ou seja, para parasitas, piolhos, esse tipo de patologia que existe onde tem aglomeração. Aqui, é importante ressaltar que um dos parâmetros da medicina é a observação clínica. Muitas doenças do mundo foram resolvidas pela observação clínica. A cólera, na década de 1850 a 1960, que era uma epidemia, foi resolvida pela observação clínica: quando John Snow notou que as pessoas que tomavam água num poço artesiano de um lado cidade ficaram com cólera, enquanto que as pessoas que tomavam de um outro poço da cidade não tinham a doença. A observação clínica levou à intervenção naquele poço artesiano, aí houve a melhora daquela cidade. O doutor Fleming, quando descobriu a penicilina, foi por observação clínica. Ele deixou uma placa de Petri, num fim de semana, fora da estufa; quando ele voltou na segunda-feira, notou que determinado patógeno que estava dentro da placa de Petri, onde existia a penicilina, ele não cresceu. Daí em diante, pela observação clínica, o mundo teve a penicilina. Então, é importante ressaltar, meu presado vereador, lá no Presídio Central, com o uso concomitante de ivermectina,

diário, rotineiro, não existe foco de Covid. É uma observação clínica. Daí parte-se, depois, para a observação científica, mas é o início do processo. Se ela está fazendo efeito ou não, eu não sei, mas lá no Presídio Central, com toda aglomeração, não tem essa doença amiúde.

A Ver.<sup>a</sup> Fernanda falou sobre as nossas emergências, que tem a orientação de fornecer a medicação básica. É verdade, Ver.<sup>a</sup> Fernanda, nós determinamos que os nossos postos de saúde, que funcionam 24 horas, principalmente na Lomba do Pinheiro, na Bom Jesus e no PACS, as nossas farmácias tenham a medicação, principalmente antibióticos para as pessoas que chegam na sexta-feira à tarde - elas não podem receber a medicação na segunda-feira. E isso é um assunto, um tema que eu sofri na carne. Sou médico da UPA Moacir Scliar; lá no Conceição, já pedi a eles também, na sexta à noite, nós temos que dar a medicação e mandar buscar na segunda-feira, ou, então, pedir por favor que a pessoa viesse todos os dias para fazer a medicação injetável, caso fosse necessário, até a segunda-feira. Isso daí é incompreensível. Nós estamos trabalhando para que a farmácia popular tenha essa medicação básica; essa precisa ser uma atribuição nossa. Nós não podemos retardar a doença, porque dois, três dias depois, pode ficar muito grave.

Em relação à deficiência auditiva, Associação Crianças e Adolescentes Surdos RS – ACAS, estamos à disposição para ver quantas pessoas têm lá, a idade delas e, num momento adequado, o mais rápido possível, fazer a imunização, principalmente também dos professores - a senhora e mais alguns vereadores falaram dos professores. Eu vou ressaltar que, na minha opinião pessoal, os professores estão numa linha mais abaixo, na quarta fase, mas eles precisam ser vacinados antes. Agora, isso é uma construção, a qual nós vamos ter que fazer com o Governo do Estado, com o Ministério Público, para que, efetivamente, a gente consiga disponibilizar para essa classe tão importante para o cuidado da nossa juventude, das nossas crianças, dos nossos filhos, para que eles, então, tenham essa proteção. E não são só os professores; são os higienizadores, a guarda que estiver lá, a segurança, as pessoas da limpeza, da cozinha, todas essas pessoas precisam da vacinação. Nós temos, em Porto Alegre, 4.500 professores. Eu imagino que nós vamos precisar por volta de oito a dez mil vacinas para vacinar todo esse corpo, se nós quisermos iniciar o processo letivo com mais tranquilidade. Com relação à frente parlamentar no combate a pandemia, eu, se for convidado, sou mais um dos soldados lá.

Quanto à questão da limpeza no PACS, Ver.<sup>a</sup> Laura, realmente, tivemos problemas sérios com a empresa que lá está, houve uma troca; essa empresa tinha um contrato até março, o contrato foi rescindido e outra empresa começou a trabalhar lá. Quanto à coordenação do PACS, eu tenho pela minha convicção que a melhor maneira de resolver essa configuração – a senhora disse que já está há quase um ano que não tem – está dentro da própria casa. Nós vamos chamar, nesta semana ou na próxima, a liderança de lá ou iremos até lá conversar com eles e fazer com que eles escolham o seu coordenador. Ele terá a responsabilidade sobre as coisas de lá e vai conversar conosco para que a gente, efetivamente, consiga colocar o PACS no trilho que ele precisa estar. Então, essa é a minha proposta. Eu não escolho, não determino, não digo se é A ou B.

Nós vamos lá conversar, e eles que façam uma votação e digam quem é a pessoa que vai indicada para coordenar aquela estrutura de saúde.

A senhora falou também sobre a demissão no IMESF, cuja questão eu já comentei, no sentido de aquelas demissões são de julho a dezembro, as quais foram publicadas ontem, ou seja, não foram demitidas ontem. Eram demissões retroativas de julho a dezembro de 2020. A senhora falou também sobre a população quilombola que está sendo vacinada. O prefeito teve a sensibilidade de colocar de colocá-los como prioridade, junto com os indígenas. O canal 156, o canal WhatsApp, o *app*, essas peças que nós estamos colocando à disposição, houve um aumento efetivo porque nós estimulamos. O prefeito falou na rádio, eu falei. Nós precisamos saber porque têm muitas pessoas que são acamadas e moram em suas residências. Muitas vezes, essas pessoas não estão catalogadas nas UBSs, então não sabemos que elas existem. Elas não estão catalogadas no SUS. Então, a gente pediu que, quem tivesse pessoas acamadas, imunodeprimidas, com dificuldades de locomoção, que ligassem. E foi uma surpresa. Não digo que é positiva ou negativa, mas houve por volta de 4.000 telefonemas e sugestões. E esses grupos, esses 19 grupos estão indo de casa em casa - é um trabalho lento, difícil -, fazendo a vacinação, inclusive em finais de semana, dessas pessoas. Eu me surpreendi um pouco porque o canal teve muita procura. A ideia era começar a vacinar as pessoas acima de 90 anos, depois acima de 95, mas aí nós não tínhamos muita convicção de quantas pessoas seriam. Então, acima de 60 anos e com comorbidades, pessoas que não consigam se locomover. Aí deu muita procura, é verdade. Mas nós, pelo menos, temos um número de pessoas que é próximo disso, porque muitos também talvez não tenham essa dificuldade, mas aproveitaram o telefonema para se informar melhor e tal. Então nós temos a convicção de que esse trabalho, apesar de ter dado esse número expressivo, é um número que nós temos a convicção do número de vacinas que nós precisamos. A senhora sugeriu uma campanha de educação em saúde. Eu acho fantástico isso e pensei logo em nós fazermos um treinamento com profissionais da saúde e com profissionais da educação, para que a gente tenha uma educação em saúde dentro das nossas escolas, principalmente, neste momento. Uma simbiose entre a Secretaria da Educação e a Secretaria da Saúde, quando profissionais nossos poderiam ir até as escolas fazer as devidas referências à doença, para que as crianças, os jovens, os adultos jovens tenham a possibilidade de ficar mais bem informados, porque muito dessa questão de nós conseguirmos diminuir a probabilidade da doença é pelos protocolos sanitários serem realizados na sua plenitude, na sua perfeição. A senhora perguntou também sobre a questão do *kit* Covid, acho que eu já respondi isso. Existem teorias das duas matizes, pessoas que dizem: “Olha, vai para casa, toma uma Novalgina, se piorar, volta”. Sinceramente, é minha opinião pessoal – a Prefeitura, eu já falei como é que funciona –, a minha opinião pessoal é que a gente precisa enfrentar a doença com alguma medicação. Aí é um ato médico. O Conselho Federal de Medicina disse: “Olha, o médico, se o paciente assim o admitir, tem a possibilidade de fazer o tratamento que julgar mais adequado”. Então, essa é uma questão importante. Aqui nós não estamos, por orientação do prefeito, estimulando o uso nem desestimulando o uso. Apenas a medicação está na prateleira. Se o médico

achar que for necessário usar aquela medicação, usa. Eu lembro também que a hidroxicloroquina foi utilizada quando nós tivemos a epidemia de zika vírus no Norte e Nordeste. O medicamento que eles utilizaram naquela época foi a hidroxicloroquina, porque diziam que tinha uma atividade viral. Não sei, mas foi usado lá.

Ver.<sup>a</sup> Cláudia Araújo, em relação à insalubridade de 40%, quem está na linha de frente precisa e é necessário. O que é que acontece? As pessoas que estão lá na área administrativa é que normalmente não têm isso. Se tiver alguma alteração nesse sentido, nós precisamos, efetivamente, corrigir. A senhora falou na coordenação do PACS, eu já expliquei o que eu pretendo fazer, e a senhora falou num ponto muito importante, que são as outras comorbidades, pacientes com outras doenças. Outro vereador também falou, acho que foi o Ver. Pedro Ruas, não tenho certeza. Na verdade, nesses grandes hospitais que nós temos em Porto Alegre, existem dois hospitais, normalmente na área de UTI: um hospital Covid e um hospital não Covid. Então, terminou dividindo ao meio a nossa potencialidade, o nosso arsenal. Quando houve o arrefecimento da doença, em outubro, novembro, os hospitais diminuíram os leitos Covid, porque não eram necessários, até no Brasil inteiro muitos hospitais de campanha foram desativados, acharam que a coisa estava resolvida, o que não aconteceu. O que aconteceu agora é que houve um recrudescimento não muito grande, mas houve, e os hospitais já estavam trabalhando com outras doenças. Mas nós temos possibilidade, se for necessário, de voltar a forçar mais com a Covid. Agora, me preocupam muito essas outras doenças, como falou o vereador, o câncer, doenças crônicas que precisam necessariamente de um tratamento e não pode demorar muito. Com isso nós temos que ter muito cuidado e nos preparar para, efetivamente, no ano de 2021, se for um ano difícil como foi o de 2020, termos mais espaço para melhorar o atendimento à nossa população. Uma coisa que me preocupa é o esgotamento do grupo de saúde, que está há muitos meses trabalhando no limite, e isso termina esgotando. Nós temos pessoas que estão começando a sair do mercado por deficiência física, psíquica, por essa luta tremenda que nós estamos fazendo, mas há necessidade de continuação e de busca de novos profissionais. Graças a Deus, as nossas universidades formam profissionais com bastante proficiência que podem, eventualmente, substituir, ou, se nós precisarmos de um reforço, temos mais pessoas para trabalhar.

A Ver.<sup>a</sup> Cláudia Araújo falou também na questão dos professores, vários dos senhores e das senhoras falaram em iniciar a vacinação dos professores. Eu sou amplamente favorável a isso. Eles estão na fase 4, e eu tenho convicção de que há necessidade de nós vacinarmos os professores antes do início do ano letivo. Hoje, num dos jornais do Rio Grande do Sul, tinha a estampa do governador se manifestando a esse respeito. Acho que nós precisamos fazer uma construção com o governo do Estado, com o Ministério Público, no sentido de se fazer a vacinação dos professores logo no início, o mais rápido possível.

A Ver.<sup>a</sup> Cláudia falou também nas reformas feitas graças a um convênio assinado entre a Prefeitura e o Hospital São Lucas da PUCRS - houve uma reforma que não foi conforme determinam as medidas de segurança. Nós estamos fazendo um levantamento e vamos ter uma reunião com eles para ver o que aconteceu. O nosso

engenheiro está lá olhando essa questão, o que é que houve, por que cedeu o teto, se teve uma reforma há pouco tempo. É uma resposta que eu não tenho, porque está sendo feito esse levantamento.

O eminente Ver. Pedro Ruas falou sobre a questão da prioridade dos professores. Convergimos nisso, vereador, agora mesmo eu falei, convergimos nisso, eu acho muito importante que a gente tenha os professores vacinados até o início do ano letivo. Vamos tentar construir isso, e eu gostaria do apoio da Câmara de Vereadores, muitos vereadores falaram nisso, para que gente consiga esse intento. Aí existe toda uma composição que há necessidade de se fazer.

O vereador falou também das pessoas com câncer, com comorbidades, foi o que eu repeti agora há pouco, e em relação à cepa de Manaus, que é mais contagiosa e menos fatal, mas é mais contagiosa. Eu quero dizer que isso me preocupa muito. Eu não coaduno com essa política do Ministério da Saúde. Eu entendo que há mudança de paradigma, que nós teríamos que ter feito seria trabalhar em cima de Manaus, blindando a cidade e levando condições. A força nacional do SUS está aí. O Conceição faz parte da força nacional do SUS, nós levaríamos eles para lá, mas a cidade ficaria... (Problemas na conexão.) Se a cidade não tivesse condições, Manaus parece que está à beira de um colapso, com o problema do oxigênio e tudo, nós teríamos – a minha ideia – que fazer um hospital em algum outro lugar, em algum outro estado mais próximo, por exemplo, no Distrito Federal, deixar num local só, e levar os componentes da força nacional, das forças do SUS para aquele local, para não espalhar pelo País. Nisso concordamos também, são duas concordâncias.

A proposta para o enfrentamento a partir de 22 de fevereiro. O que cabe a nós, da Saúde, além da vacinação dos professores, é um trabalho de educação com os protocolos sanitários e, exaustivamente, conversar com os nossos alunos e com os nossos professores no sentido de que o afastamento, o distanciamento, o álcool em gel, todas essas medidas sanitárias que nós temos precisam ser respeitadas. Esse é o plano que a gente tem, além da vacinação, é claro, do máximo possível, quando nós tivermos a disponibilidade da vacina.

Outra coisa que foi falada, o prefeito falou esses dias na hipótese do consórcio intermunicipal. Isso está vivo, essa conversa entre eles lá continua. O governador também falou em comprar a vacina russa, parece que fez um pré-contrato, alguma coisa assim. Nós estamos atentos a isso, e a nossa opinião é favorável a que a vacina chegue, seja ela qual for, porque todas essas vacinas têm garantias, todas essas vacinas têm credibilidade no mercado internacional. Estudos foram feitos, eu falei no início que não houve falta de recursos, houve muito trabalho dos pesquisadores, dos cientistas, do mundo científico no sentido de que essas vacinas estivessem à disposição. Eu não tenho preferência por A, por B, ou por C. Qualquer uma delas que chegar aqui, vacina não tem ideologia, vacina tem cura, vacina tem a sua função. Não existe ideologia nesse sentido.

Giovane Byl, líder do PTB. O Fernando Ritter vem fazendo um trabalho muito importante na Vigilância Sanitária, um homem experiente, ligado à Saúde há muitos anos, funcionário público municipal, e vem organizando essa questão da

vacinação. Foi falado sobre os critérios de vacinação. Nós estamos respeitando os critérios do plano nacional, do plano estadual e do plano municipal. Achei muito importante a sua contribuição em relação aos conselheiros tutelares, de colocá-los também como prioridades, porque são pessoas que estão batendo de porta em porta, de casa em casa, de bairro em bairro, então há necessidade também, porque têm um contato direto, de que eles possam ter a oportunidade de vacinação, ainda mais que são só cem pessoas, como o senhor falou. Então, vamos incluir, vamos fazer o possível para inclui-los o mais rápido possível, nesse fim de semana. Eu não sei se vai dar tempo e se vai ter vacina suficiente, mas eu acho que sim. O Ver. Pedro Ruas falou da minha falta, em não ir até aí. Realmente, vereador, eu recebi pelo telefone o *link* e eu fiquei com aquilo na cabeça! Quando eu liguei perto da hora, eu senti qualquer coisa na fala do Presidente que eu poderia ter ido. Foi falta de traquejo, na hora chegou o *link* e eu pensei “na hora eu falo”, mas tenho o maior prazer de novamente conversar com senhores e aí prometo que nem vou usar o *link*. Nem me mandem o *link*, me digam só para ir até aí! É muito mais fácil conversar olho a olho do que conversar assim, ainda mais para quem já é meio coroa e já tem alguma dificuldade com a questão da informática. Obrigado.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Muito obrigado, secretário. Última rodada de perguntas. O Ver. Alexandre Bobadra está com a palavra.

**VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PSL):** Primeiro eu quero agradecer a gentileza do vereador Leonel Radde, que trocou comigo a ordem de fala no plenário. Acabei de colocar no nosso grupo dos vereadores o *link* do Vacinômetro do governo federal. Hoje, nós podemos acompanhar de forma *on-line*, simultânea, como anda a vacinação em todo nosso País, e até de forma surpreendente. Claro que São Paulo e Rio Grande do Norte estão boicotando o Vacinômetro, mas o Rio Grande do Sul está em primeiro lugar, um dos estados que mais vacinaram, um aspecto muito positivo. Também quero trazer aqui a colocação de que 783.135 pessoas já foram vacinadas nosso País; a gente está numa velocidade que poderia ser mais rápida, mas a coisa está evoluindo. Uma coisa interessante também é que, em reunião com o prefeito Melo, esta semana, o prefeito revelou que gostaria que voltassem as aulas presenciais, e vejo que a grande maioria dos vereadores compactua com essa ideia – claro, observando as normas de vigilância sanitária e as normas técnicas. Nós precisamos que as nossas crianças voltem às aulas. Mais uma vez repito que me preocupo com a Covid-19, não sou negacionista, acho que essa teoria não existe. Acho que é um problema muito importante e difícil para a sociedade que temos que enfrentar juntos, com inteligência, mas ficar em casa não adianta, as pessoas têm que circular, nós precisamos gerar impostos, gerar tributos para serem investidos em segurança, educação, saúde e programas de desenvolvimento. Agora estava falando com o Ver. Mauro Pinheiro, que colocou um projeto muito bacana para voltar o público nos estádios de futebol. Sou a favor! Eu acho que nós temos que enfrentar de frente, dentro das normas técnicas, esse Covid-19 que nos assola e nos traz tanto medo.

Também quero trazer à baila que não acho necessário Porto Alegre investir recursos extraordinários na compra de vacinas, se o governo federal está oferecendo esses recursos; nós estamos com tantas dificuldades, enfrentando vários temas nesse sentido.

Quando o secretário, brilhantemente, fala sobre a questão da teoria da observação clínica – eu não quero atrapalhar o Ver. Ruas –, em que 4 mil doses diárias são levadas para O Presídio Central, é algo que vai ao encontro das normas técnicas, é uma observação científica. Então me preocupo muito com a Covid-19, a vacinação é importante, mas se nós podemos trabalhar com a prevenção, com a hidroxicloroquina, com a ivermectina... Veja, bem, ninguém é obrigado a usar. Eu estava conversando com o Ver. Cassiá, e ele me disse que, se oferecerem, ele vai usar. As pessoas querem uma esperança. Por que trabalhar lá, se a gente pode trabalhar na prevenção? Ninguém é obrigado a se vacinar, ninguém é obrigado a tomar medicação – eu vou tomar eu vou me vacinar, mas é uma decisão minha, e as pessoas têm que ter esse direito. Então quero dizer para o Presidente e outros colegas aqui que eu não gosto de ultrasquerda, nem de ultradireita. Acho que temos que ter um debate, um diálogo que vá ao encontro do interesse de quem mora em Porto Alegre.

Meu tempo está acabando, Presidente, mas quero fazer uso do meu tempo muito rapidamente para fazer uma observação. Eu me deparei com uma situação meio estranha, poucos minutos atrás, quando um rapaz filmou o celular da Ver.<sup>a</sup> Mônica! Ela estava fazendo um trabalho, talvez até uma questão técnica, e eu vi. É um rapaz com moicano, não está mais aqui, e ele filmou o celular da Ver.<sup>a</sup> Mônica. Não gostei! Não sei se é uma questão de técnica, se é bonito... Até perguntei se era contratado dela, porque às vezes o pessoal que trabalha comigo na minha equipe filma o meu celular...

**Vereadora Mônica Leal (PP):** Na oportunidade, solicito ao Presidente que, através das câmeras, veja quem foi o rapaz que filmou no momento em que eu estava fazendo anotações e digitando – faço aqui a solicitação. Muito obrigada pela sua observação.

**VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PSL):** É claro que a gente não quer muitas vezes entrar na polêmica, enfrentar temas capciosos, mas fiquei triste com aquilo ali, porque imagina se eu estou conversando, por exemplo, com alguém da minha família, com algum assessor, fazendo alguma estratégia numa questão profissional e me filmam – eu não gostaria! Então, eu perguntei para a Ver.<sup>a</sup> Mônica se tinha sido alguém da equipe dela que tinha filmado a seu pedido, e ela disse que não foi. Esse tema me causa preocupação, tanto por um lado como pelo outro, por uma questão de normas de etiqueta, de conduta, até pelo princípio da legalidade. Sugiro que seja recomendado que o pessoal tenha cuidado para não filmarem os nossos celulares, isso não é bacana. Obrigado, Presidente, uma boa tarde a todos.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Muito obrigado, Ver. Bobadra. Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal, registramos o pedido de averiguação dessa ocorrência e vamos tomar providências para ver o que houve.

O Ver. Claudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD):** Quero saudar o Presidente, todos os membros da Câmara de Vereadores, o secretário Mauro e dizer, já entrando nesse tema, que tem uma coisa que preocupa a todos nós: a politização da questão da Covid. Eu acho importante nós questionarmos as questões da área da saúde, e eu quero perguntar ao secretário se já há uma expectativa, um estudo da secretaria de abrir mais algumas unidades básicas de saúde até às 22h; se somente esses postos que foram fechados no final do ano serão abertos ou se já há um estudo para reabrir todos os postos de saúde. Em função do que já foi dito aqui pela Ver.<sup>a</sup> Fernanda, nós entramos com um projeto para que, em Porto Alegre, algumas farmácias fiquem abertas juntamente com as unidades básicas de saúde, permitindo que a população receba esses medicamentos. Isso é um fato que acontece durante a semana, é um fato que acontece aos fins de semana: a retirada de medicações.

Na questão da Covid, é público e notório que o único País no mundo que está um pouco avançado na vacinação das pessoas é Israel; os demais países, se olharmos por semana, um vai um pouquinho vai para frente, o outro depois, porque não existe vacina no mercado, não é falta de vontade dos governos – não estou aqui defendendo o governo do Brasil, da Argentina, da Inglaterra, governo nenhum, estou falando de uma realidade. Então nós não podemos politizar a questão da vacina. O secretário acabou de falar que foram em torno de 80 mil doses distribuídas para a cidade de Porto Alegre. Se eu for fazer política, eu vou dizer que isso não resolve nem 1% da população da cidade de Porto Alegre, mas nós precisamos realmente vacinar todo esse pessoal da área da saúde. Meu pai está numa clínica geriátrica, foi vacinado semana passada; minha mãe no hospital ainda não foi vacinada; eu tenho pessoas na família que são pessoas com deficiência, algumas ainda não foram vacinadas. Agora, nós temos pessoas que estão na linha de frente como o pessoal da saúde, que são o pessoal do transporte, pessoal do comércio, mercado e farmácias, que não se cogitou vacinação para eles. Se nós começarmos a questionar isso, nós vamos entrar no sistema de escolher quem vai ser vacinado ou não. Têm pessoas que questionam por que os presídios estão recebendo vacina, por que uma certa parte da população está sendo vacinada. Eu acho que é necessário mantermos a calma, a coerência e termos convicção de que, mediante o que foi disponibilizado, vários governos estão fazendo o possível. Eu andei pelo interior, semana passada, tem prefeito que tem um fundo de reserva prontinho guardado para, se liberarem a compra das vacinas, comprá-las. Agora, é uma política internacional de estados, dos governos, fornecerem vacinas, e eu tenho certeza que, se Deus permitir e Oxalá ajudar, em breve nós teremos a vacina da Covid, assim como temos a H1N1, a do sarampo e a da poliomielite. Realmente está sendo uma dificuldade e muita politização, como “ah, 50% dos casos de eficácia, só 70%...” Se tiver 20% de eficácia, eu vou dizer para vocês que usarei a vacina”. E assim é a questão

dos medicamentos: eu tive Covid, e o médico mandou eu ficar três dias, se não tivesse nenhuma alteração, tranquilo não precisaria tomar nada, só tomar ivermectina. Como eu tive, o médico mandou eu tomar cloroquina, e eu tomei a cloroquina; mandou eu tomar azitromicina, e eu tomei; mandou eu tomar Annita, eu tomei; vitamina D, vitamina C, Zinco. Isso é de cada um, isso é o medo de cada um. E eu quero dizer para vocês que, quando tu descobres que tu estás com esse negócio, passa um monte de coisa na cabeça, principalmente as notícias ruins que a gente vê de pessoas que estão bem e de uma hora para outra baixam hospital e vão a óbito. Eu perdi meu padrinho com Covid. Eu perdi um amigo meu na semana passada, um dirigente sindical, de Covid. Então isso assusta a todos nós. E é o livre arbítrio das pessoas, é o livre arbítrio das pessoas fumarem, é o livre arbítrio das pessoas beber, é o livre arbítrio das pessoas andar numa estrada a 140, 150km/h - isso não podemos tirar de ninguém. Agora, que está sendo feito mundialmente o que é possível pelos governos para vacinar o seu povo, eu acredito que está sendo feito. E nós temos o exemplo, volto a dizer, de Israel que tem dinheiro, tem recurso para fazer isso e não conseguiu ainda vacinar a sua população. Eu acho importantíssimo nós vacinar nas escolas, mas se nós vamos vacinar o professor e a merendeira, nós temos que vacinar o aluno. É uma rede, não adianta a gente vacinar o profissional da saúde se não vacinar seus familiares. Então é uma questão complexa, nós temos é que apoiar essas políticas que vêm para imunizar o povo, para vacinar o povo. Sabemos que terá mutação esse vírus, nós temos que estar preparados para isso como todos outros vírus teve, agora, as minhas perguntas são, se as unidades básicas de saúde vão abrir até as 22h, se algum estudo sobre isso; se as outras UBSs que foram fechadas irão abrir. Seria isso, Sr. Presidente. Muito obrigado e uma boa tarde.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Muito obrigado, Ver. Claudio Janta. Agradecemos o secretário Mauro Sparta que atentamente acompanha as reivindicações dos vereadores.

O Ver. Matheus Gomes está com a palavra.

**VEREADOR MATHEUS GOMES (PSOL):** Boa tarde, Presidente Márcio Bins Ely; Ver. Idenir Cecchim, secretário Mauro Sparta e a todos que nos acompanham. Primeiramente, gostaria de tratar de um tema que eu acho que foi pouco comentado nas nossas conversas até o momento que é o diagnóstico da situação em que nós nos encontramos com relação à pandemia. Porque nós não podemos transmitir uma ideia, a partir do nosso debate, que há algo sob controle ou de que há uma perspectiva de estabilização como eu vi circular na imprensa hoje, no jornal Zero Hora, de declarações do senhor, secretário da Saúde, de que pode ser que o pior já tenha passado. É cedo ainda para afirmarmos isso. Janeiro foi o terceiro mês com mais mortes desde o início da pandemia em todo Brasil. O pico de mortes da pandemia no Estado do Rio Grande do Sul foi no mês de dezembro e nós não temos registrado ainda a chegada das novas cepas do vírus que é algo que pode acontecer e está gerando grandes problemas

em nível nacional. Essa é a primeira questão: o diagnóstico do momento não nos autoriza a achar que as coisas já estão estabilizadas. Nesse sentido, a demanda de conscientização é fundamental; para isso nós precisamos ter algo que aqui em Porto Alegre ainda não foi apresentado pela Secretaria da Saúde – eu gostaria de questionar o Sr. Secretário nesse sentido – que é uma campanha de conscientização da população sobre a importância da vacina.

O plano nacional de imunização do Brasil, que é um dos mais bem-sucedidos em nível mundial, comprova que sem conscientização é muito mais difícil mobilizar as pessoas para se vacinar. E nós também temos outros problemas nesse sentido, porque têm ideias anticientíficas que seguem sendo divulgadas, que foram divulgadas nesta tribuna. Quando a gente pega o tema do *kit* Covid – Sr. Secretário, respeito a sua opinião –, agora, a Faculdade de Medicina da UFRGS, a Faculdade de Farmácia da UFRGS, a Sociedade Brasileira de Infectologia, organizações de saúde de países que estão avançados na vacinação como o Reino Unido, os Estados Unidos, a OMS, todas essas organizações dizem que não está certo distribuir o *kit* Covid. A questão está para além dessa fase de observação da doença. Os remédios que são distribuídos no Presídio Central vêm de antes do período da pandemia. Nós estamos falando da distribuição desses remédios para combater Covid-19. Isso não tem respaldo na ciência; pelo contrário, quando a gente está colocando esse tema, e aí tem alguns discursos que falam que não pode politizar, bom, o debate no Brasil, no último ano, mostrou que há um lado nessa lógica anticiência, negacionista. O Bolsonaro, desde o dia 15 de março, no domingo pós-declaração da pandemia, desrespeitou todos os protocolos estabelecidos para os cuidados sanitários, menosprezou a pandemia e defendeu o uso do *kit* Covid o tempo inteiro contra as organizações de saúde. A gente não pode ser ingênua de achar que vai fazer isso e não se vai colocar de um lado. E como já foi falado aqui também pelo Ver. Roberto Robaina, a falta de pressão política para que resolva um problema demonstra isso. Eu soube, há alguns dias, que o governador do Rio Grande do Sul estava fazendo uma pressão pela liberação da Sputnik V. Hoje o México disse que vai começar a usar, a Argentina já está usando, porque não foi feita uma pressão sobre a Anvisa, sobre o Ministério da Saúde para que se acelerasse o processo com relação a isso. Porque, desde a presidência, desde o Ministério da Saúde, infelizmente até o momento não se acredita, com força, na vacinação; não se acredita nos critérios científicos para o combate à pandemia e é por isso que nós estamos diante desse caos. Nós temos uma pesquisa da Universidade de São Paulo que mostra que, na verdade, a falta de estratégia para o combate à pandemia é uma estratégia genocida. Nesse sentido, tem que haver pressão sobre as outras instâncias, porque nós ainda temos o Sistema Único de Saúde que precisa ser preservado.

Eu gostaria de colocar essa questão na mesa para o secretário, pegando a pauta do IMESF. Há meios jurídicos de resolver o tema do IMESF pela positiva, sem demitir os funcionários que estão lá, isso ajuda na preservação do SUS. O caso da Samed, por exemplo, que não garantiu médicos em postos de saúde mostra como essas contratualizações, as OS, as terceirizações estão gerando problemas graves no nosso sistema de saúde. Então é preciso defender o IMESF. Se há acordo com relação ao tema

dos professores, tem que se tirado do estágio nº 4 e adiantado, porque senão não há como começar a vacinação. O mesmo vale para os profissionais da assistência social, porque está a população em situação de rua no nº 4, mas não tem previsão para esses profissionais. Eram essas as questões que gostaria de colocar. Obrigado, presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Obrigado, vereador. O Ver. Leonel Radde está com a palavra.

**VEREADOR LEONEL RADDE (PT):** Boa tarde, presidente; boa tarde, líder; boa tarde colegas; boa tarde secretário, agradecer a sua disponibilidade de estar, mesmo virtualmente, aqui na Câmara de Vereadores. Secretário, eu fico realmente preocupado de escutar um secretário da Saúde utilizando o caso do zika vírus, o caso da malária para justificar o uso de um medicamento para o coronavírus. Quer dizer, o que tem a ver a malária ou o zika com coronavírus, com a Covid? Nada, absolutamente nada. Inclusive, eu não sei se o Sr. secretário sabe, o criador do *kit* Covid morreu de Covid. Como a gente pode aceitar que estejam sendo despejados milhões, bilhões de reais em medicamentos que não funcionam. A prova cabal disso, como eu já falei, é que quem criou morreu. E nós, hoje, temos falta de medicamentos nos postos de saúde, nas farmácias do Estado, medicamentos continuados; a gente investe em medicamento que não funciona. Isso é muito grave. O Tribunal de Contas da União já acionou o governo federal em relação a esse investimento. A gente sabe que o Exército investiu em cloroquina para os próximos 18 anos. Foi feito um investimento em relação a isso, isso foi acionado através do Tribunal de Contas da União, o Tribunal de Contas do Estado também já acionou a Prefeitura. Então a gente tem uma situação gravíssima envolvendo essa opção por algo que não funciona. Mas, então, as pessoas vão dizer: ah, mas eu tomei cloroquina e não fiquei doente. Bom, tem gente que comeu pudim e não ficou doente também, então pudim é a solução.

Eu tenho algumas perguntas em relação ao plano de combate ao Covid. Em primeiro lugar eu quero dizer que no Brasil a gente tem três vezes mais chances de ficar doente por Covid do que os outros países no planeta Terra. Então o Brasil é um local em que, qualquer um de nós, tem três vezes mais chances de ficar doente. Por quê? Porque nós temos um governo genocida, um governo federal negacionista e, a partir disso, eu quero fazer algumas perguntas.

Em primeiro lugar, qual é a resposta da Prefeitura para as irregularidades que foram apontadas de pessoas que furaram a fila, na casa de 300 pessoas. A população vai ter que saber o que vai ser feito em relação a essas 300 pessoas que furaram a fila da vacinação. Foram desonestas, descumpriram uma determinação e passaram à frente de outros cidadãos e cidadãs que realmente estavam com seu direito assegurado.

Em segundo lugar, a gente tem que saber o que será feito em relação aos professores e professoras, se vamos retornar as aulas, temos que imunizar os professores

e as professoras; também temos que imunizar os assistentes sociais, os policiais, os guardas municipais – todas as pessoas que estão na linha de frente, os profissionais da saúde não podem estar lá no fundo, senão a sociedade não anda!

Em terceiro lugar, caso o negacionismo do governo federal prevaleça, qual será o plano de ação da Prefeitura? Será um consórcio para adquirir a vacina, o que vai ser feito? Não pode ser de qualquer forma, porque, se a gente ficar defendendo o governo federal, no mínimo, daqui a um ano e meio vamos estar com a população imunizada, e isso será tempo suficiente para explodir as mortes.

Em quarto lugar, o senhor confia no sistema de bandeiras do governo estadual? Se sim, por quê?

Em quinto lugar, vinculada ao IMESF, nós temos 550 agentes de saúde que estão na rua e que poderiam estar participando deste momento de combate ao Covid. Existem formas de trazer eles de volta, o que é necessário. Então, a gente precisa dar uma resposta.

Por último, sobre o Comitê Temporário de Enfrentamento ao Coronavírus, qual é o papel real dele e se ele tem uma relevância para a Secretaria Municipal da Saúde? Então, basicamente é isso! Eu espero que a gente abandone o negacionismo, abandone esse movimento antivacina e resolva os problemas da nossa sociedade. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Muito obrigado, Ver. Leonel Radde. O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB):** Obrigado, Presidente! Em primeiro lugar gostaria de citar aqui meus colegas de bancada do PSDB, vereadores Kaká D'Ávila, Ramiro Rosário, Gilson Padeiro, cada um preocupado, com a sua forma e o seu mandato, nas pautas do Covid, a questão do distanciamento social, a progressão que tem sido feita pela administração. Eu queria deixar claro aqui, em primeiro lugar, para o secretário da saúde, Mauro Sparta, um rápido resgate aqui: Fernando Ritter, que foi secretário municipal da saúde, buscou, como secretário, tenho certeza, o melhor que podia fazer com os meios que recebeu, financeiramente... Eu estive, na época, lá, quando conseguimos uma emenda, através do deputado federal Nelson Marchezan para compra de oxímetros para Porto Alegre, quando ele secretário municipal, e eu nem era vereador desta Casa – então quero fazer este resgate aqui. Depois, tivemos o secretário Erno, que depois foi para o Ministério da Saúde, na época do Mandetta; depois tivemos o Pablo Stürmer. E eu, ao contrário das pessoas que gostam de fazer um discurso fácil, reconheço todos os esforços desses secretários, das suas equipes, na busca de tentar fazer o melhor. Eu duvido que algum secretário da saúde tenha, de propósito, feito o pior que podia para a população de Porto Alegre.

Nesse escopo, quero, com muita tranquilidade, em nome da bancada do PSDB, agradecer a presença do secretário Mauro Sparta, que foi nosso deputado, secretário de estado, um homem do diálogo, um homem da construção, da área da saúde, que estava lá na ponta, parabênizo o seu esforço da permanência de quadros técnicos do governo passado para este, demonstrando que o governo passado, em várias pautas, reconhecidamente acertou na área da saúde, ao contrário do que fazem, às vezes, um discurso fácil, que ainda é um pouco, vamos dizer, contaminado pela questão eleitoral. Eu quero deixar claro que aconteceram vários acertos, e isso se deu muito graças aos técnicos, aos funcionários do quadro, aos secretários e suas equipes que passaram pela Secretaria Municipal da Saúde. Então, quero reconhecer aqui o esforço que o secretário Mauro Sparta vem fazendo, inclusive em responder – aí quero me somar a todos os colegas aqui que sabem a história do IMESF. Às vezes, coisas repetidas muitas vezes ocultam as verdades que são inconvenientes. A questão do IMESF foi uma decisão judicial lá no Supremo, não foi criada pelo Marchezan, não foi criada pelo Fernando, não foi criada pelo Mauro. É uma questão que, inclusive, alguns vereadores de alguns partidos políticos e de alguns sindicatos deveriam, na tribuna, comemorar o ganho da causa – quando ganharam, extinguiram o IMESF, gerando todas essas demissões; só que, na política, cabe isso, em vez de comemorarem, dizendo: “Vencemos a causa, estávamos certos, tinha que ser extinto o IMESF”, não, viram a dor das pessoas que estavam – grandes profissionais, alguns grandes amigos meus – lá na ponta, pelo IMESF, fazendo seu trabalho; mudaram o discurso, ocultaram a autoria desse processo. Então, somo-me aqui a todos os colegas que tocaram *em passant* nisso, somo-me aos esforços da Secretaria.

Para finalizar, Presidente, nesta Casa, com a presença do secretário Mauro Sparta, queria falar fora do escopo, pois estamos concentrados na pauta do Covid, mas como alguns colegas já falaram de outras pautas, eu queria saber a opinião do novo secretário sobre as questões de parcerias na saúde. A gente acompanhou os CAPS AD IV – entidades com a Associação Educadora São Carlos, Mãe de Deus, entre outras entidades que não do setor público, que acabaram fazendo parceria para atender a população de forma gratuita, deixo muito claro, atenção na saúde pública de forma gratuita. A outra pergunta para o secretário é qual sua opinião – eu, que sou do terceiro setor, nossa rede de ação social Maluco do Bem – sobre essas entidades, essas instituições que fazem um tratamento de longa duração para os idosos, de tratamento para PcDs? Vemos aí a Casa do Menino Jesus de Praga e várias entidades que considero também que fazem um trabalho de saúde. Eu sei que há um sombreamento sobre isso. Às vezes, essas entidades têm dificuldade de serem atendidas ou serem vistas como entidade de saúde pública, passando a serem vistas apenas como entidades de assistência social. Obrigado, em nome da bancada do PSDB.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Muito obrigado, vereador.  
A Ver.<sup>a</sup> Daiana dos Santos está com a palavra.

**VEREADORA DAIANA SANTOS (PCdoB):** Quero iniciar saudando os colegas vereadores e vereadoras presentes, bem como os que estão acompanhando de forma remota, secretário. Falo que, como sanitarista, ouvir tudo isso, para mim é de uma importância enorme porque, em definitivo, a gente precisa pensar em um plano, mas não um plano que venha com um único viés, pensando somente na economia. A gente precisa ter um plano sério que venha sustentar toda uma estrutura que aí é pautada por mulheres negras, principalmente! A gente tem que olhar para as periferias, a gente precisa ter essa responsabilidade e pensar, Presidente, que toda essa organização está refletindo num agravamento da situação da vida de muitas pessoas, e essas pessoas têm cor – sabemos muito bem onde elas ficam, nas periferias da cidade. Essas mulheres, em grande parte, são chefes de família, sofreram com todo esse processo no último ano. A gente tem que olhar com essa responsabilidade de uma forma muito atenta. Eu vou me deter em alguns pontos aqui, até porque cinco minutos passam muito rápido, mas acho que é importante a gente ressaltar que o negacionismo nos trouxe até aqui – isso é fato. Ele nos trouxe até aqui com esse número gigante de vidas perdidas e com toda uma construção em torno do Sistema Único de Saúde, que não fala daquilo que é a sua base, da integralidade, desta responsabilidade com a construção num olhar mais assertivo para aqueles que mais precisam. E digo isso de uma forma muito dolorosa por ver que, por vezes, aqui a gente está debatendo a economia e não a vida. Eu peço, inclusive, a vocês, meus colegas, e ao secretário, que retomem, sempre que possível, isso à memória; é importante que a gente pense que aqueles que mais sofrem com tudo isso são, inclusive, aqueles que sequer têm força para estar aqui solicitando para que nós nos mobilizemos em torno de toda essa desestruturação.

Penso também que devemos falar da importância da ciência nesse processo. Não é possível a gente negar toda essa conjuntura, diante de vacinas. E também já aproveito esse ensejo que o Leonel me antecipou, para dizer que estamos falando aqui das prioridades, mas a gente não vai ter vacina para todos, isso considerando que quem não é do grupo de risco terá possibilidade de ser vacinado somente em 2022. Há um projeto que está muito bem estruturado, e a gente precisa olhar para ele. Também, secretário, peço para o senhor que olhe para a necessidade da priorização dos trabalhadores da educação nesse processo da vacinação, porque resalto, inclusive, aqui, nosso pedido que foi protocolado; os profissionais da educação estão na quarta fase – atente para isso, quarta fase – para receber as vacinas, e tem, na sua frente, 504 mil pessoas nessa fila. Essas pessoas antecedem esses profissionais que aí, dia 22, vão estar na linha de frente com as escolas abertas. Então, tem um ruído de comunicação ou tem algum projeto estratégico em meio a isso que o objetivo não fica claro para a gente. É preciso evidenciar de que maneira a gente vai estar priorizando, porque são 8 mil doses que antecedem esse processo, e a gente precisa entender como que o prefeito, como que este projeto vai levar com essa responsabilidade, como a gente vai garantir a segurança desses profissionais?

Para além disso, também falo dos três postos que ainda continuam fechados. Tivemos a abertura somente da Unidade de Saúde Vila Elizabeth, mas ainda continuam fechadas quatro unidades de saúde. Meus colegas que me antecederam já falaram dos

profissionais do IMESF, mas acho importante a gente pensar quem é que está na linha de frente, quem vai fazer esse cuidado – isso é importante. Somente falar da abertura dos postos também não é válido, porque nós temos uma conjuntura de uma desestrutura que não está olhando para o cuidado. E quando falo isso, novamente, ressalto a importância de ter uma sanitarista aqui. A gente está falando de promoção da saúde, de políticas integrais que já estão aí, a gente precisa olhar para isso. Ninguém está aqui para inventar a roda, a gente precisa olhar para aquilo que já tem e considerar parte importante de todo esse projeto, que, em definitivo, agora, não cuida das vidas, não cuida de quem mais precisa.

Além da reabertura desses postos, a gente solicita a disponibilização da lista dos profissionais, da lista dos cargos, nomes e locais onde eles foram vacinados, a gente precisa saber quem são essas pessoas. A gente precisa olhar para essa lista, ter esses nomes, saber quem são essas pessoas e quais os locais em que elas foram vacinadas. Isso vai fazer com que nós tenhamos uma forma um pouco mais objetiva de ter o controle disso, Presidente, tendo em vista que em outros locais a gente já viu como foi. Isso não auxilia em absolutamente nada, é transparência que vai fazer com que a população, inclusive, se sinta mais segura.

Para concluir, eu ressalto aqui: o fim do auxílio traz para o Município 200 mil pessoas para a linha da pobreza extrema, pessoas negras novamente – eu ressalto –, porque essas mulheres, em grande parte, são as mulheres que moram ao lado da minha casa. Eu me preocupo com a produção de saúde, com o cuidado dessas pessoas, enquanto nós não olharmos para isso com essa responsabilidade, a negligência toma conta de todos os espaços. Falam que nós não temos um plano que seja objetivo e que, até então, não foi apresentado nem relacionado à saúde, nem relacionado à economia, nem relacionado a nada. A gente está aqui pensando em coisas muito individualizadas diante de um contexto que é coletivo. É importante ter esse plano, secretário, esse plano que, em definitivo, até então, não surgiu; o senhor perpassa muito bem por várias áreas, mas não nos trouxe, de uma forma concisa, coesa, algo que a gente possa estar rebatendo, é o que vai nos auxiliar a salvar vidas.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Obrigado, vereadora. A Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADORA MÔNICA LEAL (PP):** Boa tarde, Presidente, colegas, vereadores e vereadoras, secretário da Saúde. Primeiro, quero registrar aqui que – falo como vereadora líder da bancada Progressista – já fui secretária de Estado, já fui tanta coisa, então, eu sei que um secretário que assumiu somente há 30 dias, no meio de uma pandemia, uma catástrofe, se disponibilizar a falar numa sessão plenária, apresentar um plano... Eu me dei ao trabalho de solicitar a impressão de todas as ações da Secretaria de Saúde nesses 30 dias. O que eu vi aqui? Planejamento, organização e execução. Eu fiquei muito honrada de ver um homem, que é um médico dedicado à saúde pública, em

meio uma catástrofe, vir para cá e falar para os vereadores e vereadoras, responder perguntas. Eu até usaria uma frase: “Deixem o homem trabalhar, não é hora de a gente fazer isso!”

Agora, respondendo, eu também pesquisei, eu quero falar sobre educação, já nem me lembro mais quem falou em educação, foram tantos, mas eu pesquisei, fui atrás, liguei para a Secretaria de Educação, aqui está a resposta: estão preparando um protocolo que será divulgado no dia 09 de fevereiro publicamente, com a participação do Ministério Público. As medidas ainda estão em discussão e as elaborações técnicas estão englobadas nesse projeto, critérios rigorosos na parte sanitária, estruturas físicas de distanciamento avaliadas caso a caso, ou seja, escolas, plano pedagógico que agenda o distanciamento nas atividades. Não sei se os senhores e as senhora sabem que a volta às aulas precisa estar de acordo com as deliberações do Conselho Nacional de Educação, governo estadual, Ministério Público e Município. Então, passando aqui já a resposta da educação.

Também quero trazer aqui uma questão que eu fiquei ouvindo e achei interessante, eu sou mãe, já sou avó, sou filha, sou irmã, tenho médicos na família, tenho enfermeira de alto padrão na família, já dirigiram hospitais, eu me surpreendo quando alguém cobra sobre, não sei se seria esse o termo, *kit* remédio, porque eu não gosto muito desse... Mas é um apanhado de remédio de prevenção. Eu pergunto aqui para qualquer uma das mulheres que tenha tido filho pequeno se alguma vez não fez tratamento preventivo. Ora, nós sabemos que para qualquer doença o médico pode intervir precocemente. Então, eu me surpreendo quando alguém questiona isso, é claro que o prefeito ou qualquer outra pessoa não vai receitar esses remédios, eles não vão receitar, isso o médico faz, mas é dado o direito de uma pessoa sem condições financeiras, uma pessoa que quer utilizar, sim, ela pode, se o médico orientou. Então, isso me surpreendeu.

Mas uma outra coisa que também quero falar aqui é sobre a situação do IMESF. O Ver. Robaina, o Ver. Oliboni, a Ver.<sup>a</sup> Cláudia, todos nós participamos ativamente da preocupação do IMESF. Fomos ao Ministério Público, reuniões, queríamos a solução. É óbvio que nós queríamos, não queríamos ver aquele pessoal desempregado, só que nós temos um limite: o Supremo Tribunal Federal considerou inconstitucional a lei de criação do instituto, isso foi em setembro de 2020. O último andamento confirma a extinção do IMESF, não tem viabilidade legal. O IMESF entrou com vários recursos, e o Supremo decidiu que não tem viabilidade legal. Ora, senhores e senhoras, nós sabemos que a lei existe, nós fazemos leis, nós temos que sermos os primeiros a dar o exemplo de respeitar as leis, ninguém aqui pode querer derrubar ou ir contra, ou falar contra uma decisão da justiça. Então, mais essa questão que respondi.

Ver. Oliboni, meu querido colega, o senhor subiu à tribuna e pediu para o secretário Mauro valorizar mais os servidores da saúde. Eu estive hoje na Secretária da Saúde, fiz uma visita, conheci o que eu podia e fiquei impressionada com o trabalho deles, com a valorização, com as equipes nas ruas, 19 equipes vacinando pessoas acamadas, com dificuldade de locomoção. Como vamos cobrar de um secretário, de um governo que está há 30 dias instalado e fazendo o que pode, fazendo tudo e o melhor de

tudo? Então, eu me sinto na obrigação, como líder da bancada, meu colega, Ver. Cassiá Carpes, de usar esta tribuna e chamar a atenção, talvez, até como jornalista, eu quero mostrar aos senhores algo que me chamou a atenção. Hoje, pela manhã – eu sou ratinho de rádio, como toda jornalista que já foi repórter, já trabalhou em mídia –, eu escutei uma entrevista muito interessante do diretor científico do Grupo União Química, farmacêutica responsável pela produção da vacina Sputnik no Brasil. Ele falou sobre os resultados da eficácia do imunizante russo, publicados na última terça-feira, e criticou a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, o órgão regulador brasileiro, que aponta falta de dados básicos para poder liberar o uso emergencial do produto, que tem 91,6% de eficácia, segundo estudo publicado. Então, nós aqui em Porto Alegre, neste momento, estamos reféns de situações que independem da nossa vontade. Vejam só outra questão que ele colocou: “Vemos variantes do coronavírus, sabe por quê? Quantidade de transmissão. Quanto mais vírus circulando, maior a chance de ocorrer mutação. Não avisaram o vírus que tem que esperar as decisões da Anvisa no ritmo burocrático”. A União Química planeja trazer ao País 10 milhões de doses prontas até março. Além disso, programa produzir outras 150 milhões em 2021 – espera fabricar o insumo farmacêutico ativo no País. A Anvisa, por sua vez, aponta falta de dados no que diz respeito a última etapa do estudo, que avalia a segurança e a eficácia do estudo e promove reuniões de esclarecimento. Também faltam pesquisa de fase 3 dos produtos no Brasil. Há pouco mais de uma semana, a Anvisa chegou a devolver o pedido da União Química para uso emergencial do imunizante exatamente porque essa etapa dos estudos ainda não foi autorizada no País. Agora, prestem a atenção para isso que vou ler: “O certo é que não existe vacina para todo mundo. Os países ricos, Alemanha, Bélgica, Holanda, estão negociando com todo mundo para poder cobrir a sua população. Os países em desenvolvimento ou pobres vão ficar para trás nesta corrida. É uma corrida de velocidade com muitos obstáculos”.

Então, vejam bem, tudo o que nós estamos aqui falando, neste momento, cobrando do secretário Mauro Sparta, no comando da Secretaria da Saúde, que está há 30 dias, inclusive sem adjunto, trabalhando além da conta, de manhã, de tarde e de noite, sábado e domingo, com total apoio do prefeito Sebastião Melo, não depende só dele, isso é muito importante que todos nós tenhamos essa consciência. Nós estamos vivendo uma catástrofe mundial, dependemos de uma série de questões, e eu garanto aos senhores e às senhoras que este governo está fazendo tudo e o melhor de tudo para vacinar a população.

Eu gostaria de reforçar, Presidente, o meu pedido. Eu fiquei muito preocupada com o que houve na sessão de hoje porque o meu assessor não pôde entrar logo em seguida pelo limite, assessor identificado, mas entrou nesta sala assessor com crachá de visitante e filmou o meu telefone e o trabalho que eu estava fazendo. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Vamos tomar providências.

O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pelo governo.

**VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB):** Sr. Presidente; Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; meu querido amigo Mauro Sparta, nosso secretário de saúde, sobre o qual eu não preciso acrescentar nenhuma palavra do que a Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal falou aqui. Mauro Sparta já foi vice-prefeito de Passo Fundo, já foi secretário, já foi tantas coisas, mas principalmente é um médico competente e responsável. A senhora fez aqui, Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal, uma justiça ao trabalho deste grande profissional médico. A gente ouviu aqui muitos palpites, em muitos momentos aqui me senti na frente de prêmios Nobel de medicina de tanto que entendem. Poderia se dar o prêmio Nobel de medicina a esses vereadores, se a teoria deles fosse baseada em estudos, mas não, é uma teoria tirada de congresso de partido. Então, prefiro ficar com aqueles que estudaram medicina, aqueles que estudaram em laboratórios, aqueles cientistas que ficaram médicos durante oito anos, quatro, cinco anos estudando na faculdade, mais a residência, mais uma vida toda de sacerdócio médico. Esses eu preciso escutar e escuto também os vereadores que não fizeram uma cadeira de medicina muitos deles, mas têm a prática, têm sensibilidade, mas eu prefiro aqueles que fizeram o curso de medicina e que estudaram medicamentos. Hoje, à tarde, tivemos um secretário com muita paciência, com muita dedicação, e os vereadores da oposição que têm todo o direito de questionar – todo o direito de questionar! Fizem as perguntas e o secretário Mauro Sparta respondeu a quase todas ou a todas, e o que não pôde responder, certamente, se propôs a estudar e ver alguma solução plausível, porque muitas vezes se quer fazer.

Eu vejo o caso do IMESF, que é uma batalha não só do Ver. Oliboni, mas de todos os vereadores, principalmente os da oposição, aqueles que pediram para anular o IMESF, foram eles que pediram, foram até o Supremo, não desistiram na primeira, na segunda, na terceira instância, não, eles foram ao Supremo para dizer: “Não, isso é ilegal”. Aqui, em vez de explicarem, para esses trabalhadores decentes que foram demitidos, que não foram demitidos por um governo ou por outro governo, foram aconselhados a fechar, aconselhados não, foram determinados que se fechasse o IMESF. Acho que tem muita sensibilidade com todos, Ver.<sup>a</sup> Cláudia, todos nós não queríamos nenhum desses demitidos – nenhum! Eu não conheço todos, mas os que conheci são dedicados, mereciam estar trabalhando e seriam importantes na pandemia. É verdade: seriam muito importantes na pandemia, mas foram demitidos pelo seu próprio sindicato, foram demitidos pelos seus próprios partidos, e agora não pode se fazer disso um carro de batalha. O prefeito tem a responsabilidade de manter a saúde, de manter a saúde da família funcionando, e vai fazê-lo e, se Deus quiser, com aproveitamento de muitos desses profissionais, mas tem que fazer de uma forma legal, de uma forma que seja dentro da lei, não pode ser na vontade nossa de fazer a lei aqui na Câmara. O Supremo disse que não, que nós fizemos errado, e nós não podemos permanecer com o erro. Nós temos de acertar esse passo, Ver. Cassiá. Nós temos que acertar o passo! Não pode se fazer, de novo, como já fizemos lá atrás, e fizemos com as

melhores boas intenções, todos os vereadores, menos alguns que depois entraram com uma ação para anular a lei da Câmara de Vereadores.

Vou concluir, agradecendo a todos os vereadores da oposição e da situação, mas principalmente ao secretário Mauro Sparta que até agora está aqui, um verdadeiro funcionário público atendendo à população para responder às questões dos nossos vereadores. Obrigado, Presidente; obrigado, vereadores.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Solicito ao diretor legislativo que apregoe Ofício do Sr. Prefeito.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** (Lê.): “Of. nº 054/ GP. Porto Alegre, 3 de fevereiro de 2021. Senhor Presidente, Ao cumprimentá-lo cordialmente, comunico a Vossa Excelência., com base no inc. III do art. 92 da Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, que estarei ausente do Município, de 4 a 8 de fevereiro, em viagem ao Município de Piracanjuba para visitar minha mãe. Ressalto que o afastamento não ocasionará nenhum ônus para o Município e que não receberei remuneração no período informado. Registro, por oportuno, que na vacância assumirá o Senhor Vice-Prefeito, Ricardo Santos Gomes. Atenciosas saudações. Sebastião Melo, Prefeito de Porto Alegre.”

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Está apregoado.

**Vereador Idenir Cecchim (MDB):** Só para dar um aviso. Recebi um despacho, uma decisão da justiça não dando prosseguimento à ação que questionava a eleição da Mesa passada. Não vou ler a decisão da juíza que deu isso, mas ela recorda a legislatura passada, quando o Tribunal de Justiça deu o mesmo indeferimento à cautelar solicitada pela oposição.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Fica o registro. Obrigado Ver. Cecchim.

**Vereador Aldacir Oliboni (PT):** Nobre Presidente, como vice-líder da oposição, também quero registrar aqui que, por um entendimento desses partidos - PSOL, PT, PCdoB -, nós achávamos importante, naquele momento, entrar com uma ação pedindo o direito à proporcionalidade. A justiça não deu, a vida segue, temos que entender que o Parlamento é assim mesmo.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Muito obrigado, vereador, fica o registro.

O secretário Mauro Sparta está com a palavra.

**SR. MAURO SPARTA:** Obrigado, Presidente; foi importante receber a contribuição dos vereadores, a crítica, que considero construtiva, o apoio, enfim. O Ver. Bobadra falou sobre o vacinômetro, que o Brasil vacinou 700 mil pessoas até hoje no País, e Porto Alegre vacinou 46 mil dessas 700 mil. Então, estamos praticamente com 7%, que é um índice razoável, estamos falando do País inteiro fazendo a sua participação.

Em relação ao Ver. Claudio Janta, ele criou a expectativa de abrir mais unidades básicas de saúde. Sim, a nossa primeira visita foi nas quatro unidades que estavam fechadas; uma já está aberta e as outras três vão ser abertas nos próximos 30, 40 dias, elas estão em reforma, mas vão ser abertas também. Além disso, tem algumas outras unidades que foram fechadas há mais tempo, uma delas é a Unidade Tronco, que a nossa Ver<sup>a</sup> Bruna, que esteve aqui hoje nos visitando, pediu para abri-la, e nós vamos fazer uma visita lá, acompanhado da Ver<sup>a</sup> Bruna, e olhar também outras unidades para saber da necessidade da contribuição delas na saúde da nossa população. O Ver. Claudio Janta também argumentou, e eu concordo com ele, em vacinar primeiro, ou preferencialmente, todo o grupo da área da saúde, que é quem está diretamente ligado ao problema da doença. E citou Israel, que, mesmo vacinando 24 horas por dia, ainda não conseguiu vacinar os seus 7 milhões de habitantes, as 7 milhões de vidas que tem lá, ainda falta bastante para chegar. Então isso mostra mesmo a dificuldade que nós temos. Eu não sei se eles têm lá dificuldades por falta de vacinas, que é a nossa dificuldade, mas eles não estão conseguindo, mesmo trabalhando 24 horas por dia, vacinar toda a população.

O Ver. Matheus Gomes solicitou o diagnóstico da situação, a demanda da conscientização, que eu acho muito importante isso, e já tinha falado anteriormente que algum vereador me solicitou, fez a sugestão de que a gente fizesse algum trabalho dentro das escolas, no sentido de fazer uma orientação em saúde e educação, fazendo uma convergência entre essas duas secretarias no momento em que estamos próximos da abertura das escolas; isso é importante.

Em relação aos estudos internacionais, ele falou há alguns dias que a Associação Americana de Medicina liberou a hidroxicloroquina para ser utilizada. Agora, a própria população e o novo Presidente Biden, a Revista The Lancet também fez um artigo e depois retirou, porque estava equivocada.... Então esse tipo de trabalho, esse tipo de discussão, essa polêmica, ela sempre vai haver, porque a ciência é assim, o que nós não podemos é interiorizar, porque a ciência é assim. Tantas verdades que temos hoje que daqui a 20 ou 30 anos a gente vai dizer que não estavam certas, é de uma outra maneira. Tudo que nós estamos fazendo hoje, tudo que nós estamos fazendo hoje, as medidas que nós estamos tomando hoje, todas elas depois vão ser postas à discussão e ver quem estava certo e quem estava errado, ou se todo mundo estava errado – eu não sei. O que a gente sabe, por exemplo, é que São Paulo adotou o *lockdown* com muita força, mas isso não impediu que a doença também lá se alastrasse. Isso aconteceu também na Europa e em muitos outros países; em alguns, sim, em outros, não; mas, de qualquer maneira, todos estamos sofrendo com essa doença, ninguém achou respostas para tudo isso.

Em relação à Samed, já foi suspensa o contrato dela lá no PACS. Em relação ao IMESF, é aquilo que nós conversamos antes já, mas eu gostaria de salientar que o nosso Ver. Matheus falou sobre a prioridade dos professores, e eu concordo e acho muito importante, temos de construir isso, e ele colocou mais o grupo dos assistentes sociais, que também tem uma participação muito importante dentro das nossas UPAs, dentro das nossas unidades básicas. É um grupo que merece uma atenção especial; foi importante a sua participação principalmente neste quesito, vou olhar com muita atenção, vereador.

Com relação ao Ver. Leonel Radde que disse que o criador do “*kit Covid*” morreu, isso não significa nada, nada, nada, nada – isso é um sofisma. É como dizer que um cardiologista não pode morrer do coração, um neurologista não pode morrer por AVC ou por Alzheimer; não é porque tu és especialista em determinada área que tu vais ter de sobreviver àquilo; isso não significa nada; ou um cancerologista, um oncologista não morreria de câncer. Não! Não é assim. Isso é um sofisma. Nós estendemos que essa não é a verdadeira maneira de fazer a defesa disso. Agora, o senhor é contra a cloroquina? Eu não sou contra nem a favor; ela está aqui, nós disponibilizamos à população, e foi uma doação, nós não gastamos um real com isso.

Houve uma outra manifestação dizendo que o Brasil é um país que tem três vezes mais possibilidades de ter a doença do que os outros. Eu não sei de onde é que saiu essa pesquisa, eu nunca vi, então não posso também comentar sobre esse ponto.

Em relação a uma pergunta muito importante: qual a resposta da Prefeitura para quem furou a fila? Eu não tenho notícia aqui de fura-fila; se houver, se chegar aqui vai direto para o Ministério Público. Nós não admitimos esse tipo de distorção. O que chegar aqui vai direto para o Ministério Público, e as listas que vêm são assinadas pelos responsáveis, eles vão responder pelo que escreveram nas listas, pelos nomes que estão lá. A Prefeitura passa para os hospitais, para as empresas, quem coloca os nomes é o responsável por ela.

Em relação ao consórcio, isso já foi conversado, eu até participei de uma reunião, bem no início do governo, com os prefeitos da região, eles falaram sobre esse tema, se propuseram a ficar atentos e, se for necessário, fariam então um consórcio para aquisição das vacinas.

Em relação ao sistema de bandeiras, praticamente é parecido com o que tem em São Paulo, só que lá não são bandeiras, são cores, mas é um critério que foi organizado, que foi feito, para que a gente consiga sentir a velocidade do vírus. São dois os itens que têm que ser apresentados: a velocidade do vírus e principalmente o número de leitos de UTI disponíveis. Esses dois números têm de ficar olhando muito bem para eles. Agora, aumentou um pouco. Nós estávamos com 270 e hoje de manhã estávamos com 280. Muito bem. Olhem os fatos. Aqueles pacientes que vieram de Rondônia, que vieram de Manaus, tem 10 na UTI. Então esses números, esse acréscimo é por causa daqueles pacientes; aumentou 10 leitos, mas são 10 pacientes. Eu continuo preocupado, continuo atento, mas eu tenho uma justificativa, vieram 10 pacientes novos para cá, e eles estão na UTI; aqueles que vieram de Rondônia, que eram 18, 6 já foram embora, e

mais 5 vão ter alta amanhã, mas tem pacientes na UTI ainda, e muitos nem foram para a UTI.

O Comitê para o Enfrentamento à Covid-19, de fato, faz um trabalho paralelo e harmônico conosco, fazendo os pareceres jurídicos sobre todas as questões que vêm, a secretaria não se envolve na parte jurídica, é o comitê que se envolve, através do advogado, o Dr. Ramalho, um procurador que cuida disso. Quando nós precisamos normatizar algo, como foi no caso das bandeiras, no caso da interlocução com os outros municípios, com a R10, quando nós fizemos aquilo, foi construído da seguinte maneira: a parte técnica foi feita pela Secretaria de Saúde, a justificativa técnica, e a justificativa jurídica foi pelo Comitê para o Enfrentamento à Covid-19, pelo Dr. Ramalho.

O Ver. Moisés Barbosa falou sobre as decisões judiciais, a questão das parcerias; perguntou o que eu achava das parcerias. Eu acredito nas parcerias e acho que é uma grande questão; ela pode ser benéfica, agora, o grande problema disso é a falta de fiscalização do poder público. O problema das parcerias, das terceirizações, é a falta de fiscalização do poder público, porque, no momento em que aquela empresa não entrega o produto que está sendo pago, o poder público tem que intervir, precisa intervir, deve intervir – essa, no meu entender, é a maior dificuldade que nós temos. Com relação à falta de fiscalização sobre os contratos vale para o País inteiro, não é só em Porto Alegre: aquilo que é contratado e pago deve e precisa ser entregue.

A Ver.<sup>a</sup> Daiana falou da questão do SUS, da integralidade, da universalidade; concordo plenamente. Sou um homem do SUS, trabalho há 41 anos no SUS, com todas as dificuldades, vi a criação do SUS, convivi com o início do SUS. Ela falou também na prioridade dos trabalhadores da Educação; concordamos também, vereadora, nós precisamos fazer essa construção, e aí nós vamos precisar de todos os vereadores, vamos precisar da classe política, vamos precisar do nosso prefeito, do Executivo, do governador e do Ministério Público para se conseguir intervir nessa questão e mudar o patamar dos que vão ser vacinados antes de iniciarem as aulas.

Ela falou também sobre políticas integrais, eu concordo plenamente. Sobre as listas, elas existem, estão aqui na Secretaria de Saúde, as listas das pessoas que foram vacinadas, todas elas têm a assinatura do responsável embaixo, de onde ela veio e quem compôs essa lista, então dali é que nós podemos saber se existe o fura-fila, e ali nós podemos fazer esse trabalho. O Ministério Público será informado, se vemos que há alguma coisa ali que não está conforme as normas das nossas listas.

O fim do auxílio é uma preocupação, vereadora, mas eu tenho muita esperança de que o Governo continue a auxiliar, não é momento de parar, apesar das imensas dificuldades que nós temos. Agora, a economia precisa retomar, em todos os municípios. Aqui nós estamos mostrando que dá para conviver a economia com a saúde. Não é o comerciante, não são as forças vivas das comunidades, que fazem o viver da sociedade com todos os protocolos sanitários que existem, que estão fazendo a velocidade do vírus aumentar. A velocidade do vírus aumenta na desorganização, na aglomeração, em outras coisas. O Prefeito Sebastião Melo, agora mesmo, interview sobre a questão do carnaval. Por quê? Porque vai dar aglomeração. Interview na questão do

feriado. Por quê? Porque quer evitar a aglomeração. Então, nesse sentido é que nós temos de trabalhar, e aí precisamos da responsabilidade de todos.

A Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal falou também sobre a questão da educação, muitos de nós aqui estamos juntos nessa questão; falou na questão do IMESF, falou na Anvisa, a questão da União Química que quer aportar 10 milhões de unidades de vacinas e está dizendo que vai ter o insumo farmacêutico ativo, que é o produto que faz a vacina, que é o produto que faz com que a vacina tenha efeito, e nós importamos 11 mil litros da Índia, e eles estão querendo fazer, estão dizendo, a União Química, que vão fazer esse produto aqui no Brasil, é isso de que nós precisamos, nós não podemos depender do exterior, ou o mínimo possível. Essa pandemia está aí para nos dar essa aula educativa, nós temos um grande parque industrial no País e nós precisamos fazer com que ele efetivamente tenha condições de se manter num momento inadequado, num momento como este, especial.

Ao Ver. Idenir Cecchim, líder do nosso governo, eu gostaria de agradecer as palavras e dizer que a questão do IMESF é uma questão problemática, difícil, e que nós temos que obedecer à justiça, mas nós precisamos ver se conseguimos intervir, porque a gente precisa dos funcionários também na ponta da rede. Então, essa é uma questão que ultrapassa as questões da saúde, é uma questão jurídica, e nós não podemos também contrariar o STF, eu não vejo de que maneira, porque o que eu li é que há uma ordem de terminar com o CNPJ do IMESF. Bom, se vão fazer outro, ou como é que nós vamos fazer, a discussão está lá no Paço Municipal, e, hoje à noite, eu tenho mais uma reunião com o Sr. Prefeito e alguns dos seus assessores.

Eu gostaria de agradecer a oportunidade de aqui estar e me coloco à disposição para qualquer eventual pergunta, e, numa nova presença, no momento em que os Srs. Vereadores, as Sras. Vereadoras e a Mesa julgarem adequado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Idenir Cecchim assume a presidência dos trabalhos.)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Muito obrigado, secretário, pela sua disposição de passar esta tarde toda, mesmo de forma virtual, mas vejo que o senhor está na sua sala, na sua mesa, respondendo às nossas questões da Câmara de Vereadores. Agradeço a V. Exa., agradeço a todos os vereadores pelas perguntas, pelos questionamentos. Muito obrigado, secretário.

O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL):** Sr. Presidente, Cecchim, o senhor fica muito bem sentado na cadeira de Presidente, acho que estou prevendo o futuro, Ver. Cecchim. Quero cumprimentar os demais vereadores presentes. Quero dizer, Ver. Cecchim, que o secretário Mauro Sparta foi tão bem nas suas colocações, nas suas explicações, que os vereadores da oposição até já foram embora, nem ficaram até o final da reunião, só ficou o Ver. Matheus. Eles querem questionar, querem falar,

querem cobrar, e o secretário explicou tão bem, demonstrou que está preparado, ficou a tarde inteira à disposição dos vereadores, demonstrando que o secretário Mauro Sparta está muito bem preparado. Os vereadores da oposição nem ficaram, Cassiá, foram embora, porque eles não conseguiram o intuito deles que seria reclamar do governo, dizendo que o secretário seria ruim, mas o secretário está muito bem preparado. Quero parabenizar o secretário Mauro Sparta, que não deve mais estar presente, porque imagino o quanto ele deve ter de trabalho na Secretária Municipal da Saúde e ficou aqui à disposição dos vereadores uma tarde inteira, com muita paciência explicando e demonstrando todo o seu preparo frente à Secretaria da Saúde. Então, parabéns, secretário Mauro Sparta, peço ao Ver. Cecchim, que é o líder do governo, que externar os nossos agradecimentos ao secretário Mauro Sparta.

Ver. Cecchim, eu venho aqui hoje, neste tempo de liderança, para falar de um projeto que protocolei no dia de hoje, através do SEI, que é um projeto que estabelece a presença de público, durante a pandemia do Covid, nos eventos esportivos na cidade de Porto Alegre. E muito deste projeto, Ver. Cecchim, eu fiz observando a situação de Porto Alegre, e a situação do País, inclusive pelo jogo a que assisti na televisão, da final da Libertadores, entre Palmeiras e Santos, onde havia um público de 5 mil pessoas. O que aconteceu naquele jogo? Acabou tendo uma aglomeração em partes do jogo porque não havia um regramento, se houvesse um regramento, não teria acontecido dessa forma. Inclusive, eu estava lendo várias reportagens e entrevistas e assisti a uma do nosso secretário, o Renato Ramalho, e ele fala da questão que deve ter regramento, quando não há regramento, acaba havendo aglomeração. Portanto como a gente tem acompanhado, e o governo municipal, através de um decreto do prefeito Sebastião Melo, liberou vários eventos de atividades econômicas, e a gente sabe o quanto é necessário que as atividades econômicas sejam retomadas no nosso Município, nós precisamos da economia, a economia tem que ser pujante, e Porto Alegre precisa dessa retomada. E como o futebol teve uma retomada, mas é proibida a entrada do público, Ver. Cassiá, Ver. Gilson Padeiro, Ver.<sup>a</sup> Mônica, eu, assistindo àquele jogo e vendo que nós, em Porto Alegre, estamos avançando nas atividades e econômicas, e este é um setor importante da economia, Cassiá, não só dos clubes, dos jogadores, mas das pessoas que trabalham nos eventos esportivos, que trabalham nos eventos gerais na cidade de Porto Alegre, e os eventos são uma das atividades econômicas que mais sofreram durante este ano que passou, esse ano da pandemia. Os eventos foram os primeiros a serem fechados, e agora que começa a se ensaiar a retomada de alguns eventos – não somente os eventos esportivos, mas os eventos de forma geral. Em Porto Alegre, eu tenho assistido ao secretário Mauro Sparta, e ele disse que Porto Alegre está em uma situação equilibrada, que a doença está estabilizada, e nós temos inclusive a diminuição no Estado do Rio Grande do Sul das mortes, tenho acompanhado diariamente. Como nós estamos num processo de evolução, eu coloquei este projeto de lei para que a gente pudesse fazer a discussão ampla aqui dentro da Câmara de Vereadores, com os vereadores, e também discutir com os clubes de futebol, com o Grêmio, com o Inter, com o São José – o Ver. Cecchim faz parte lá do São José. Então, acho que nós temos que discutir e fazer uma regulamentação para que as torcidas

possam voltar aos estádios, para evitar aglomeração; ao contrário, se nada for feito, a aglomeração vai acontecer. E neste projeto, que é de dois artigos... Hoje eu escutei o Sala de Redação, e alguns comentaristas falaram: “Olha, o projeto é simplório”, sim, o projeto é simples, ele tem dois artigos e estabelece um limite de 25% em todos os setores do estádio. Não é 25% do número total do estádio, e sim por setores. Se em um setor cabem 10 mil pessoas, aquele setor terá 25% dos 10 mil – 2.500 pessoas; se nele couberem mil, serão 250 pessoas. Então, tu irás dividi-lo em todos os setores. E o estádio de futebol é um lugar aberto, amplo, se nós dividirmos 25% tanto do Beira-Rio, quanto do Grêmio, a Arena, eles terão condições sim, as pessoas não ficarão aglomeradas, as cadeiras são numeradas, os clubes estão preparados para isso. Eu tenho certeza que será uma forma de evoluirmos as atividades econômicas da cidade, muitas pessoas dependem desse emprego, então, nós estamos protocolando este projeto, queremos fazer a discussão. Quero procurar os clubes, quero procurar a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, o prefeito, o governador, para que a gente possa discutir a retomada das torcidas nos estádios. E quanto à simplicidade do projeto, são apenas dois artigos, porque muitas coisas não precisam ser previstas no projeto, Ver. Cecchim. Nós temos aqui os protocolos gerais e específicos gerados pela saúde, tanto da Secretaria de Saúde do Município quanto a do Estado, que têm toda a regulamentação dos protocolos de higienização e sanitária para todas as atividades econômicas, e essa é a atividade do futebol e a volta da torcida estão aqui previstos. Então, é bastante amplo, não serei eu que vou inventar as regras sanitárias, e sim as pessoas como o secretário Mauro Sparta, que é um médico, que é o secretário e que tem condições, e por isso que nós já temos as regras sanitárias que deverão ser seguidas. O que nós temos que prever é quando voltar, quantas pessoas podem voltar, observando os protocolos específicos já gerados tanto pelo governo do Estado, como pelo Município de Porto Alegre. Então, as regras já existem, nós queremos incluir mais uma atividade a ter a projeção de volta. Nós temos que projetar se é na semana que vem, no mês que vem, se é daqui a dois meses, nós queremos discutir com os vereadores, discutir com a cidade, discutir com os clubes e voltar organizadamente. É melhor nós nos preparamos e planejarmos essa volta do que fazermos uma volta sem planejamento, como aconteceu na final de Santos e Palmeiras, em que acabou acontecendo uma aglomeração, porque as 5 mil pessoas estavam juntas, num mesmo setor. Se essas 5 mil pessoas, no estádio do Maracanã, estivessem espalhadas, nós, pela televisão, não iríamos nem notar que havia 5 mil pessoas no estádio. Por isso a gente fez um projeto de lei porque eu tenho certeza que esta Casa tem competência suficiente para fazer o debate, fazer uma regulamentação para que a gente possa ter a volta das torcidas aos estádios, principalmente agora que nós temos dois grandes clubes do Rio Grande do Sul que provavelmente estarão na Libertadores; temos a final da Copa do Brasil entre o Grêmio e o Palmeiras; teremos também o Internacional, que está na disputa pelo título nacional, depois de 41 anos, e, tenho certeza, em que todas as duas torcidas gostariam de estar, mesmo que seja uma parte da torcida, dentro do estádio nesses jogos para poder torcer, vibrar com seu time, e mais do que isso, trazer de volta as atividades econômicas. Nós temos, sim, preocupação com o Covid, com o Coronavírus, mas não podemos parar, a

cidade não pode parar. Dentro das regras sanitárias, dos protocolos, nós temos, sim, que voltar às atividades econômicas, os alunos têm que retornar às escolas, nós temos que voltar à vida o mais próximo possível da normalidade. Com os protocolos, com a higienização, com os cuidados e com o bom debate nesta Casa, nós temos sim que planejar a volta das atividades econômicas de que todos nós precisamos. Muito obrigado, e tenho certeza de que está Casa vai aprovar este projeto, e junto com o prefeito municipal, com o secretário de saúde, vamos criar uma regulamentação boa para que a torcida possa voltar aos estádios de forma organizada, planejada e com todos os cuidados necessários. Muito obrigado, Ver. Cecchim e Ver. Márcio Bins Ely.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Márcio Bins Ely reassume a presidência dos trabalhos.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Muito obrigado, Ver. Mauro Pinheiro.

**Vereador Leonel Radde (PT):** Presidente, eu estava no gabinete, estava acompanhando a resposta do secretário, e a gente estava em uma reunião com o IMESF, tem uns representantes do IMESF, mas eu estava acompanhando, ele falou do sofisma. Então, acompanhei, só para deixar claro, mas que não foi desrespeito, e foi muito importante a resposta. Obrigado.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Apregoo o Ofício nº 054/21, do Prefeito, comunicando que se ausentará do Município do dia quatro ao dia oito de fevereiro do corrente, quando estará em Piracanjuba – GO –, em visita a sua mãe.

Registro que a Ordem do Dia deixou de ser realizada, face à inexistência de matérias tramitando nesse período. Estão encerrados os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 17h35min.)

\* \* \* \* \*